



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

**I CONFERÊNCIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
COEPE**

CONSTRUINDO AGENDAS E DEFININDO RUMOS

DOCUMENTO-BASE

**Chapecó, SC.
2010**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Dilvo Ilvo Ristoff
Reitor *Pro Tempore*

Jaime Giolo
Vice-Reitor *Pro Tempore*

Joviles Vítório Trevisol
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Solange Maria Alves
Pró-Reitora de Graduação

Geraldo Ceni Coelho
Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Rogério Cid Bastos
Pró-Reitor de Administração

José Alex Sant'Anna
Pró-Reitor de Planejamento

Paulo Pinto da Luz
Secretário de Tecnologia e Informação

Ilton Benoni da Silva
Diretor do Campus Erechim

Antônio I. Andriolli
Diretor do Campus Cerro Largo

Paulo Henrique Mayer
Diretor do Campus Laranjeiras do Sul

João Alfredo Braidá
Diretor do Campus Realeza

Comissão Organizadora Geral da COEPE

Presidente: Joviles V. Trevisol

Alexandra Filipak
Antônio Inácio Andrioli
Antônio Marcos Myskiw
Claudia Finger-Kratochvil
Dirceu Benincá

Edemar Rotta
Ilton Benoni da Silva
Jaci Poli
João Alfredo Braidá
José Carlos Radin
José Oto Konzen
Maria Helena Cordeiro

Melchior Mallmann
Monica Hass
Paulo Bittencourt
Paulo Henrique Mayer
Solange Maria Alves
Zenilde Durli

Coordenação dos Fóruns Temáticos

Campus Chapecó

Alessandra Germani
Angela Stube
Darlan Christiano Kroth
Delmir José Valentini
Denio Duarte
Francisco Mata Machado Tavares
Geraldo Ceni Coelho
Geruza Tavares D'ávila
Leonardo Santos Leitão
Maurício Fernando Bozatski

Campus Erechim

Anderson André Genro Alves Ribeiro
Fábio de Oliveira Sanches
Gerson Wasen Fraga
Ivone Maria Mendes Silva
Lauri Lourenço Radünz
Luís Fernando Santos Corrêa da Silva
Márcio Soares
Paulo Afonso Hartmann
Roberto Rafael Dias da Silva
Rodrigo Manoel Dias da Silva

Campus Laranjeiras do Sul

Bruno Fernandes de Oliveira
Cristiano Augusto Durat
Elemar do Nascimento Cezimbra
Felipe Matos Monteiro
Josimeire Aparecida Leandri
Luis Cláudio Krajevski
Luisa Helena Cazaroli
Mariano Sánchez
Pedro Ivan Christófoli
Sandra Dalmagro

Campus Cerro Largo

Benedito Silva Neto
Débora Machado Oliveira
Deniz Alcione Nicolay
Herton Lopes
Iara Denise Batisti
Ildemar Mayer
Louise de Lira Roedel Botelho
Luis Fernando Gastaldo
Manoel Teixeira dos Santos
Paulo Afonso Zarth

Campus Realeza

Antonio Marcos Myskiw
Aparecido F. Bertochi dos Santos
Carolini Heinig Voltolini
Clovis Butzge
Jaci Poli
João Alfredo Braidá
Julio Trevas
Marcos Antonio Beal
Rozane Ap. Toso Bleil

APRESENTAÇÃO

A UFFS é, sob todos os aspectos, uma Universidade em construção. O fato de ter menos de um ano de existência a obriga a vivenciar a experiência de ser e estar no espaço-tempo presente sob perspectivas imensamente ampliadas e diversas. De forma mais objetiva, estar em construção implica efetivar, pela primeira vez, as matrículas dos acadêmicos dos quarenta e dois cursos de graduação; elaborar e aprovar os planos de ensino e os projetos político-pedagógicos; institucionalizar os Grupos e as Linhas de Pesquisa; implantar os primeiros cursos de Especialização e programas de Mestrado e Doutorado; definir as Linhas e as áreas prioritárias da Extensão; organizar a Reitoria, as Pró-Reitorias, os *campi* e todos os setores que oferecem as condições para o pleno desenvolvimento das atividades-fim da UFFS.

A experiência da construção de uma Instituição de Ensino Superior se assemelha, resguardadas as devidas diferenças, à dos jardineiros. Eles sabem que o pensar e o fazer, a ideia e a ação, a concepção e a execução, o projeto e a obra devem andar juntos. Não há jardins sem jardineiros. Os jardins são obras das pessoas que sonham, concebem e se dedicam apaixonadamente a fim de vê-los realizados. Assim como toda e qualquer invenção/construção humana, a UFFS precisa pensar-se cotidianamente; o seu projeto de universidade não está dado, nem concluído. A reflexão e o debate são desafios abertos e permanentes, de cuja intensidade dependerá, em boa medida, a qualidade acadêmica e a organicidade de sua inserção social.

A I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE) da UFFS reflete a consciência dessa necessidade. Está sendo proposta porque se entende que este é o momento propício para a comunidade acadêmica discutir a missão e os objetivos da nascente Universidade. A COEPE é uma iniciativa das três Pró-Reitorias acadêmicas – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Graduação e Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – e dos cinco *campi* da UFFS (Chapecó, Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza), cujos propósitos fundamentais são:

1. Mobilizar a comunidade acadêmica da UFFS, nos seus diferentes *campi* e áreas de conhecimento, para a definição das políticas norteadoras do Ensino, Pesquisa e Extensão;

2. Aprofundar a interlocução com a comunidade regional, visando eleger as agendas prioritárias da UFFS nos campos da Pesquisa e da Extensão, e as suas articulações com o Ensino.

Em termos mais específicos, a COEPE visa a:

1. Submeter à discussão o Documento-base da Conferência, que apresenta os princípios e os objetivos que nortearão a elaboração das políticas do Ensino de Graduação e de Pós-graduação, da Pesquisa e da Extensão;
2. Discutir/propor os temas/problemas prioritários de investigação, a partir dos quais serão definidos os Grupos e as Linhas de Pesquisa da Instituição;
3. Definir as prioridades institucionais no campo da Extensão e da Cultura, considerando o compromisso da UFFS com o desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico de sua região de abrangência;
4. Levantar as demandas no campo da Pós-graduação, visando a orientar a oferta de cursos de Especialização e a implantação de programas de Mestrado e Doutorado nos próximos anos;
5. Definir as diretrizes e as ações prioritárias para o Ensino de Graduação na UFFS.
6. Elaborar o Documento Final da Conferência, que sistematizará as principais contribuições oriundas dos Fóruns Temáticos e dos Grupos de Discussão realizados nos cinco *campi* da UFFS.
7. Aprovar o Documento Final da Conferência, o qual servirá de subsídio para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e das políticas de Graduação, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão.

Tendo em vista a característica *multicampi* e as especificidades de cada microrregião que sedia cada um dos *campi* da UFFS, procurou-se dotar a COEPE de uma metodologia que tanto respeite a diversidade e a sua legítima manifestação, quanto assegure o princípio da unidade institucional. A Conferência está, deste modo, organizada em três etapas fundamentais: a Abertura, os Fóruns Temáticos e a Conferência Final.

A primeira dessas etapas, a Abertura, será realizada em Chapecó, no *campus* sede da Reitoria, no dia 16 de junho de 2010. A Conferência será instalada pelo Reitor da UFFS, seguida da entrega do Documento-Base da COEPE, da apresentação da metodologia e da palestra de Abertura a ser proferida pelo conferencista convidado.

A segunda será realizada em cinco sessões, uma em cada *campus*. A primeira sessão acontecerá na UFFS - Campus Chapecó, nos dias 17 e 18 de junho; a segunda, em Erechim, nos dias 01 e 02 de julho; a terceira, em Realeza, nos dias 13 e 14 de julho; a quarta, em Laranjeiras do Sul, nos dias 15 e 16 de julho; a quinta, em Cerro Largo, nos dias 22 e 23 de julho.

A Conferência nos *campi* da UFFS terá dois momentos fundamentais: os Fóruns Temáticos propriamente ditos e os Grupos de Discussão. No primeiro momento ocorrerão as discussões entre a comunidade acadêmica da UFFS e as lideranças regionais, em torno dos seguintes temas:

1. Conhecimento, Cultura e Formação Humana;
2. História e Memória Regional;
3. Movimentos Sociais, Cidadania e Emancipação;
4. Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Regional;
5. Energias Renováveis, Meio ambiente e Sustentabilidade;
6. Desenvolvimento Regional, Tecnologia e Inovação;
7. Gestão das Cidades, Sustentabilidade e Qualidade de Vida;
8. Políticas e Práticas de Promoção da Saúde Coletiva;
9. Educação Básica e Formação de Professores;
10. Juventude, Cultura e Trabalho.

Os dez¹ Fóruns Temáticos serão realizados em todos os *campi* da UFFS. Por meio deles pretende-se aprofundar a interlocução entre a comunidade acadêmica e as lideranças regionais, com o intuito de definir as políticas e as agendas prioritárias da UFFS nos campos da Pesquisa e da Extensão, e as suas articulações com o Ensino. Cada Fórum terá cinco coordenadores, um por *campus*, os quais terão a tarefa de (i) conceber, organizar e coordenar as diferentes sessões do Fórum; (ii) registrar, em formulário padrão da COEPE, as principais discussões e propostas apresentadas pelos painelistas convidados; (iii) redigir, em conjunto, um único texto, em forma de artigo, com o intuito de sintetizar as principais proposições apresentadas ao longo das cinco sessões de cada Fórum temático. Os dez artigos integrarão os anais da COEPE.

1 Nos *campi* de Erechim e Realeza foi também realizado o Fórum "Lingua(gem) e Comunicação: interfaces".

O segundo momento dar-se-á por meio dos Grupos de Discussão, aos quais caberá a tarefa de, a partir dos relatórios de cada um dos Fóruns Temáticos, sistematizar as contribuições e definir as ações que o *campus* entende serem prioritárias nas áreas do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. As proposições de cada *campus* serão registradas no próprio Documento-base, que, na sequência, será enviado à comissão geral de sistematização da COEPE, a fim de compor um único documento, a ser discutido e aprovado na Conferência Final.

Por fim, a terceira etapa dos trabalhos da COEPE, a Conferência Final, acontecerá em Chapecó, nos dias 02 e 03 de setembro, com a discussão e aprovação do Documento Final, cuja versão preliminar está sendo proposta por meio do presente Documento-Base.

Participe desse importante espaço de interlocução sobre as principais prioridades da UFFS nas áreas do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Integre-se a esse processo coletivo que visa definir as agendas e os rumos de nossa Universidade. O futuro da UFFS será o futuro que formos capazes de construir juntos.

Prof. Dr. Joviles Trevisol
Presidente da Comissão Organizadora Geral da COEPE

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	13
2.1	GRADUAÇÃO.....	14
2.2	PÓS-GRADUAÇÃO.....	16
2.3	PESQUISA.....	19
2.4	EXTENSÃO E CULTURA.....	21
3	PRINCÍPIOS	24
4	OBJETIVOS E AÇÕES.....	28
4.1	GRADUAÇÃO.....	29
4.1.1	Objetivos Gerais.....	29
4.1.2	Diretrizes para a Organização da Graduação.....	30
4.1.2.1	Democratização do acesso e permanência.....	31
4.1.2.2	Flexibilização curricular.....	31
4.1.2.3	Construção coletiva e democrática dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.....	32
4.1.3	Ações Prioritárias.....	32
4.2	PÓS-GRADUAÇÃO	37
4.2.1	Objetivos Gerais.....	38
4.2.2	Diretrizes para a Organização da Pós-graduação.....	39
4.2.2.1	Classificação dos Cursos.....	39
4.2.2.2	Constituição dos Cursos.....	40
4.2.2.3	Flexibilização curricular.....	40
4.2.2.4	Cooperação intercampi e interinstitucional.....	41
4.2.2.5	Articulação com a Pesquisa e a Extensão.....	41
4.2.3	Ações Prioritárias.....	41
4.3	PESQUISA.....	45
4.3.1	Objetivos Gerais.....	45
4.3.2	Diretrizes para a Organização da Pesquisa.....	46
4.3.2.1	Grupo de Pesquisa.....	47
4.3.2.2	Linhas de Pesquisa.....	48
4.3.2.3	Projetos de pesquisa.....	48
4.3.3	Ações Prioritárias.....	49
4.4	EXTENSÃO.....	54

4.4.1	Objetivos Gerais.....	54
4.4.2	Diretrizes para a Organização da Extensão.....	55
4.4.2.1	Definição das áreas temáticas das atividades de Extensão	56
4.4.2.2	Linhas de Extensão.....	56
4.4.2.3	Caracterização das ações/atividades de extensão.....	56
4.4.3	Ações Prioritárias.....	58

1 INTRODUÇÃO

A Universidade Federal da Fronteira Sul tem menos de um ano de existência e, a despeito de sua tenra idade, sobre ela recaem as mais variadas expectativas, apostas e desafios. Nascida da organização dos movimentos sociais e das lideranças políticas e comunitárias da região da Grande Fronteira Sul, a UFFS é a mais viva e recente expressão da capacidade de mobilização dos atores sociais que, há décadas, lutam em defesa dos ideários mais importantes da emancipação social, como democracia, igualdade, respeito à diversidade, cidadania, direito à educação pública, gratuita e de qualidade, sustentabilidade e justiça social. Sua origem se dá, portanto, no âmago da sociedade civil organizada. Ela nasce de “fora para dentro”; surge dos movimentos sociais, transforma-se, ela própria, num movimento social e, na sequência, legitima-se como instituição pública estatal por meio da Lei Federal 12.029/2009.

O lugar (geográfico, político e social) de nascimento da UFFS está longe de ser algo irrelevante. Além de inseri-la na história do Ensino Superior brasileiro como a primeira universidade pública federal nascida dos movimentos sociais, tal fato atua decisivamente sobre a construção de sua identidade e para a definição de sua missão, objetivos, diretrizes e políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão. Os dez princípios norteadores estabelecidos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFFS indicam, com bastante clareza, os pressupostos filosóficos, políticos e acadêmicos que devem orientar a nascente Universidade:

1. Respeito à identidade universitária da UFFS, o que a caracteriza como espaço privilegiado para o desenvolvimento concomitante do Ensino, da Pesquisa e da Extensão;
2. Integração orgânica das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão desde a origem da Instituição;
3. Atendimento às diretrizes da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, estabelecidas pelo Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, cujo principal objetivo é coordenar os esforços de todos os entes federados no sentido de assegurar a formação de docentes para a Educação Básica em número suficiente e com qualidade adequada;

4. Universidade de qualidade, comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do país;
5. Universidade democrática, autônoma, que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais.
6. Universidade que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no Ensino Superior, especialmente das populações mais excluídas do campo e da cidade.
7. Uma Universidade que tenha na agricultura familiar um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento;
8. Uma universidade que tenha como premissa a valorização e a superação da matriz produtiva existente;
9. Uma universidade pública e popular;
10. Uma universidade comprometida com o avanço da arte e da ciência e com a melhoria da qualidade de vida para todos.²

Os dez princípios norteadores expressam o lugar de origem (contexto) da UFFS, assim como apontam o seu lugar de destino (finalidades). Trata-se, portanto, de uma Universidade que nasce da sociedade, para ser um bem público ao seu serviço. Significa concebê-la e realizá-la tendo como ideia-força o princípio da democratização, cuja processualidade precisa se dar a partir de dois movimentos.

O primeiro deles, o da **democratização de dentro para fora**, exige que a UFFS seja construída a partir de uma relação interativa e solidária (e não unilateral e distante) com a sociedade. Ao invés de realizá-la a partir do distanciamento estrutural que tem caracterizado muitas universidades - que se colocam acima, numa posição distante e hierarquicamente superior da comunidade onde estão inseridas - ela deve ampliar as zonas de contato e intensificar a interatividade, a inserção e as relações de cooperação solidária. Em vez de ser o “objeto”, a sociedade deve ser o “sujeito” das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Trata-se do desafio de fazer emergir uma universidade de proximidade, ou seja, uma IES concebida como um bem público, cujos bens simbólicos produzidos devem ser democratizados e estar acessíveis a todos os grupos sociais. Não uma fortaleza, mas uma universidade rede. Quanto mais inserção na sociedade, tanto mais esta

2 A íntegra dos dez princípios norteadores da UFFS encontram-se em: www.uffs.edu.br.

se insere na universidade. Ao realizar o seu compromisso político e epistemológico e sua responsabilidade social, a UFFS acaba por promover sua própria democratização.

O segundo movimento, **o da democratização de fora para dentro**, implica romper com as formas tradicionais e hegemônicas de conceber a universidade. O mesmo movimento que leva o conhecimento científico para a sociedade deve ser o que traz outras formas de conhecimento para dentro da universidade.

A “monocultura do conhecimento científico” deve abrir espaço para uma “ecologia de saberes”.³ Por meio desse processo, o conhecimento produzido pela universidade põe-se em diálogo com o senso comum e com todas as demais formas de conhecimento produzido pela comunidade. Inaugura-se, deste modo, uma partilha solidária de conhecimentos, em que o saber acadêmico disciplinar produzido pela universidade interage com outros agentes, com formação acadêmica diversa e com prioridades também diferentes. A ecologia de saberes é, neste sentido, uma forma de extensão ao contrário, de fora para dentro da universidade. Ela “consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses [...] que circulam na sociedade”.⁴ É capaz de promover o reconhecimento de outras formas de saberes, e o confronto comunicativo entre elas.

A ecologia de saberes (revalorização dos saberes não-científicos e a revalorização do próprio saber científico pelo seu papel na criação ou aprofundamento de outros saberes não-científicos) permite reatar o conhecimento científico com o senso comum, tornando-o conhecimento apropriado e utilizado pelos diferentes sujeitos e atores sociais. Nessa perspectiva, os interesses e as demandas sociais se articulam com os interesses científicos dos pesquisadores. A produção do conhecimento científico ocorre, assim, estreitamente ligada à satisfação de necessidades dos grupos sociais que não têm poder para pôr o conhecimento técnico e especializado a seu serviço pela via mercantil. Ao invés de os investigadores determinarem os problemas científicos a pesquisar, a sua relevância e as metodologias, as problemáticas de investigação resultam de uma partilha entre pesquisadores e os possíveis utilizadores. A sociedade deixa de ser o objeto das interpelações da universidade, para tornar-se o sujeito. Essa inversão é o sentido profundo da democratização da universidade, uma democratização que vai muito além da democratização do acesso à universidade e da permanência nela.

A universidade, neste sentido, pode ser um espaço privilegiado de encontro entre saberes. Como propõe Santos,

3 SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2005.

4 Ibid., p. 76.

a hegemonia da universidade deixa de residir no caráter único e exclusivo do saber que produz e transmite para passar a residir no caráter único e exclusivo da configuração de saberes que proporciona [...] a universidade será democrática se souber usar o seu saber hegemônico para recuperar e possibilitar o desenvolvimento autônomo de saberes não-hegemônicos, gerados nas práticas das classes sociais oprimidas e dos grupos ou estratos socialmente discriminados.⁵

Os princípios norteadores da UFFS acima referidos estão na base da proposição da I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão. A COEPE objetiva discutir, interiorizar e conferir organicidade a tais princípios, criando as condições para que os mesmos sejam vividos e concretizados cotidianamente pela comunidade acadêmica. Nesse sentido, a COEPE pretende incorporá-los ao cotidiano da Instituição, transformando-os em políticas, diretrizes e ações concretas nas três atividades-fim da UFFS.

Assim, com o propósito de oferecer aos participantes da COEPE um conjunto de subsídios para as discussões a serem realizadas durante as conferências nos *campi*, especialmente no âmbito dos grupos de discussão, as equipes das pró-reitorias acadêmicas elaboraram este Documento-base. Trata-se de uma versão preliminar, escrita a muitas mãos, com a intenção de se constituir em uma primeira tentativa de explicitar os princípios, os objetivos e as diretrizes, a partir dos quais serão construídas as políticas de Graduação, de Pós-graduação, de Pesquisa, de Extensão e de Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul. Com tais características e objetivos, trata-se de um documento aberto às discussões e passível de aprimoramentos, conforme estabelecem o regimento e a metodologia da COEPE. Ao subsidiar as discussões, o Documento-base será, ele próprio, objeto de análises e reformulações. Por meio dele pretende-se colher e organizar as contribuições dos diferentes *campi* da UFFS que orientarão a elaboração do Documento Final da COEPE. Este documento não tem, pois, a pretensão de constituir-se em algo acabado. Sua tarefa é reunir elementos iniciais para provocar debates, reflexões e proposições advindas de outros olhares, saberes e atores sociais com os quais todas as áreas acadêmicas, observadas as questões legais, deverão dialogar.

5 SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez, 1995, p. 224 e 228.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

No contexto das políticas neoliberais, ao longo das últimas décadas, assistimos (ainda que não passivamente) a um movimento hegemônico de desmonte da Educação Superior pública decorrente da mercantilização do ensino que, aos moldes do mercado, foi colocado sob o viés da livre concorrência.

Tais políticas, nos anos 90, resultaram numa redução drástica de investimentos públicos no desenvolvimento da ciência, da tecnologia e das artes. Além das restrições ao acesso à Educação Superior pública, foram reduzidos os orçamentos e suprimidos os concursos de docentes e servidores técnico-administrativos para as universidades públicas federais. Essa redução dos investimentos públicos foi acompanhada pela expansão da Educação Superior privada. Tal movimento contrapõe-se à tentativa de garantir a Educação como direito constitucional, público e inalienável, e fortalece a crença de que a Educação é um bem de consumo, mais do que um bem cultural fundamental ao desenvolvimento humano. Ao invés de uma instituição social, a Universidade passa a ser pensada como uma organização social que tem no mercado (e não na sociedade) a sua principal referência. O neoliberalismo despolutiza a Educação para transformá-la em objeto de consumo, conferindo-lhe o *status* de mercadoria. Dessa forma, busca viabilizar o triunfo das ideias mercantilizantes e, por consequência, o necessário consenso em torno delas⁶.

Os dados estatísticos resultantes desse processo revelam um quadro social preocupante. Menos de 12% de jovens brasileiros (entre 18 e 24 anos) têm acesso à Educação Superior. Desse contingente, menos de 1/3 estão em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, pois, no Brasil, das 2.252 IES, 2.016 são privadas e apenas 236 são públicas. Ou seja, em torno de 80% das vagas estão em IES privadas. Estas, via de regra, reduzem suas atividades-fim ao Ensino, sem se comprometerem com o desenvolvimento da Pesquisa e da Extensão, dois dos três pilares fundamentais na constituição da Universidade. Além disso, os indicadores de âmbito pedagógico denotam problemas sérios no processo de ensino e de aprendizagem, que têm resultado em repetência, evasão e, sobretudo, em problemas relacionados com a inclusão social.⁷

6 GENTILI, Plabo; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs). Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

7 BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Plano Nacional de Educação, 2001, p.39.

Contraopondo-se a essa tendência de mercantilização da Educação e de elitização do Ensino Superior, a sociedade civil tem se organizado para pressionar o Estado com vistas à democratização do conhecimento, lutando pelo acesso ao ensino de qualidade, público e gratuito, em todos os níveis, incluindo o Ensino Superior.

As políticas públicas para a Graduação, a Pós-graduação, a Pesquisa e a Extensão traduzem o embate entre as pressões elitizantes e mercadológicas do neoliberalismo, por um lado, e os movimentos de resistência da sociedade civil organizada em prol de uma Universidade democrática, igualitária, pluralista e comprometida com o desenvolvimento social sustentável, por outro.

2.1 GRADUAÇÃO

O Plano Nacional de Educação - PNE (Lei nº. 10.172/2001) traduz a preocupação da sociedade com o desenvolvimento de políticas voltadas à superação dos aspectos destacados anteriormente, especialmente quanto ao acesso à Universidade. O plano evidencia uma preocupação com a formação de novos quadros para o magistério e confere às universidades públicas o desafio de “qualificar os docentes que atuam na Educação Básica e os docentes da Educação Superior que atuam em instituições públicas e privadas, para que se atinjam as metas previstas na LDB quanto à titulação docente.”⁸ Propõe uma expansão da oferta do número de vagas, articulando Ensino, Pesquisa e Extensão. Este é o grande desafio da Educação Superior no Brasil, não apenas enquanto tripé básico da Universidade, mas como política estratégica voltada ao desenvolvimento da nação, que exige reduzir os desequilíbrios regionais nos marcos de um projeto nacional. Segundo o PNE,

nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de Educação Superior. Num mundo em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da Educação Superior e de suas instituições é cada vez maior. Para que estas possam desempenhar sua missão educacional, institucional e social, o apoio público é decisivo.⁹

Diante desse posicionamento, o fortalecimento da Educação brasileira tem sido uma das principais preocupações do Ministério da Educação e Cultura (MEC) ao longo dos

8 Idem.

9 Idem.

últimos anos. No âmbito da Educação Superior, e mais especificamente da Graduação, em que pesem as contradições inerentes a todos os processos sociais, a política pública apresenta elementos visíveis de enfrentamento da herança neoliberal. Exemplos disso são o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), o Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o processo de reordenamento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES B), Conferência Nacional de Educação (CONAE) voltada para a formação de professores em diferentes níveis de atuação da Educação Básica, e o movimento de organização de um Sistema Nacional de Educação. O programa de expansão e interiorização da Educação Superior pública proporcionou a criação de novos *campi* e de novas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), entre as quais a UFFS.

Ainda assim, a atual oferta de vagas no Ensino Superior está muito aquém das metas traçadas pelo Plano Nacional de Educação (2001-2010). Esse previa 30% dos jovens, entre 18 e 24 anos, no Ensino Superior e, desses, 40% no Ensino Superior público¹⁰. Ao final do período do plano, estamos muito longe desses objetivos: somente 12,1% dos jovens estão no Ensino Superior e o ensino público ainda representa tão somente 25,9% desse total¹¹. O PNE previa, para atingir seus objetivos, a destinação de 7% do PIB para a Educação, meta ainda distante do volume de recursos destinadas atualmente.

A expansão do Ensino Superior na Mesorregião da Grande Fronteira Sul também ficou aquém das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (2001-2010). Ao considerarmos que a Mesorregião representa menos de 10% do PIB da Região Sul, e que aqui a renda *per capita* atinge cerca de apenas 60% do índice na Região Sul (IBGE/2010), veremos que essa situação, além de excludente, vem impondo o Ensino Superior pago justamente à população mais pobre dos estados do Sul.

Nesse contexto, a UFFS materializa o encontro das políticas federais com a reivindicação dos movimentos sociais, organizados em torno da ampliação do acesso à Educação Superior como direito básico e inalienável. Esses movimentos, atentos e comprometidos com a Educação e conhecedores das necessidades históricas da grande Fronteira Sul em termos de Educação Superior, colocam-se na vanguarda das reivindicações, e, em diálogo com o MEC, tornam-se os grandes protagonistas que dão origem à primeira universidade pública federal nascida dos movimentos sociais. O objetivo

10 BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Plano Nacional de Educação, 2001, p. 37.

11 BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conferência Nacional de Educação. Documento Final, 2010, p. 67.

desses movimentos é assegurar o acesso a uma Educação Superior de qualidade para uma grande parcela da população historicamente excluída da Universidade.

2.2 PÓS-GRADUAÇÃO

A Pós-graduação no Brasil começou tardiamente. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), voltada para a formação de docentes e pesquisadores para o Ensino Superior, foi criada em 1951, com o objetivo de regulamentar e avaliar o desempenho da Pós-graduação. O I Plano Nacional de Pós Graduação (PNPG/1975-1979), a propósito, foi elaborado apenas na década de 70 do século passado.

O I PNPG (1975-1979) e o II PNPG (1982-1985) tiveram como foco a preocupação de ordenar e consolidar o sistema de Pós-graduação no país. Desde o início, a prioridade era formar quadros de excelência com vistas a atender às demandas públicas e privadas em um país preocupado em se integrar no círculo dos países considerados desenvolvidos. Assim, diferentemente da Graduação, a Pós-graduação foi orientada, desde seu início, por planos e diretrizes definidos no âmbito federal em função de projetos de desenvolvimento nacional preocupados em assegurar a integridade nacional e combater as disparidades/desigualdades regionais.

No período inicial de democratização do país, após a ditadura militar, as discussões sobre a necessidade de autonomia nacional foram integradas no III PNPG (1986-1989), que reiterava a preocupação com a insuficiência de quadros qualificados para o desenvolvimento de empresas nacionais, capazes de competir internacionalmente. Dessa forma, procurou-se desenvolver a pesquisa na universidade, integrando a Pós-graduação ao sistema de Ciência e Tecnologia, por meio da articulação entre os órgãos de apoio e regulamentação da Pós-graduação (CAPES) com os da Ciência e Tecnologia (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq), assim como com os de fundos de fomento, como a (Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP). A pesquisa científica se tornou o foco da Pós-graduação.

Em 1996, a CAPES deu início às discussões na comunidade acadêmica, com vistas à formulação do IV PNPG. As dificuldades de articulação entre as agências de fomento nacional, aliadas às limitações orçamentárias, impediram que as várias redações preliminares resultassem em um documento público final, mas algumas das recomendações foram incorporadas às diretrizes elaboradas pela CAPES: expansão do sistema,

diversificação do modelo de Pós-graduação, mudanças no processo de avaliação e inserção internacional da Pós-graduação¹². Assim, de 1989 a 2005, a CAPES regulamentou a Pós-graduação sem a existência de um plano nacional.

A redução orçamentária e as políticas implementadas durante a década de 90, que privilegiaram a concentração dos investimentos em programas já consolidados, resultaram no aumento das diferenças entre as regiões do país, entre as áreas de conhecimento e entre os diversos Programas e Grupos de Pesquisa, dificultando a consolidação de grupos emergentes.

A inexistência de um compromisso efetivo com a democratização da Pós-Graduação também se refletiu nas diferenças de crescimento dos setores público e particular na oferta de cursos de Mestrado entre 1996 e 2004. Enquanto o sistema federal cresceu 7,5% e o estadual 5%, o setor privado cresceu 20,5%, traduzindo uma crescente privatização da Pós-graduação, que também foi observada (embora em menor percentual) nos cursos de Doutorado: crescimento de 13% no sistema federal, 4,5% no estadual, e 11% no privado¹³. Tal situação também foi acompanhada de uma crescente redução do apoio público aos pós-graduandos, sobretudo nos cursos de Mestrado. Em 1991, 53% dos alunos matriculados recebiam bolsas da CAPES ou do CNPq. Esse índice decaiu desde meados dos anos 90, de tal forma que, em 2003, essa relação era de apenas 25%. No Doutorado, também se observou uma queda: de 49% para 36%.

Em 2004, foi instituída uma comissão para a elaboração do IV Plano Nacional de Pós Graduação, a qual, depois de ampla consulta à comunidade acadêmica e científica, por meio de fóruns e audiências, redigiu o Documento Final, publicado em 2005 (PNPG 2005-2010). O Plano dá continuidade às políticas anteriores, com vistas à “expansão do sistema de Pós-graduação que leve a expressivo aumento do número de pós-graduandos requeridos para a qualificação do sistema de Ensino Superior do país, do sistema de Ciência e Tecnologia e do setor empresarial”.¹⁴ Para isso, procura inserir a política de Pós-graduação no contexto da política industrial brasileira.

Em outras palavras, o Plano pretende:

o crescimento equânime do sistema nacional de Pós-graduação, com o propósito de atender, com qualidade, as diversas demandas da sociedade, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do país. Esse Plano tem ainda como objetivo subsidiar a formulação e a

12 BRASIL/MCT/CAPES. **Plano Nacional de pós-graduação (PNPG) 2005-2010**. Brasília, 2005, p 18. Disponível em www.capes.gov.br. Acesso em: 3 jun. 2010.

13 Ibid., p. 28-29.

14 Ibid., p. 9.

implementação de políticas públicas voltadas para as áreas de Educação, Ciência e Tecnologia.¹⁵

Para isso, o IV PNPG incluiu as diretrizes e metas para o período de 2005 a 2010, procurando dar continuidade e fortalecer as ações para enfrentar os seguintes desafios:

- a) Flexibilização do modelo de Pós-graduação, a fim de permitir o crescimento do sistema;
- b) Formação de profissionais de perfis diferenciados para atender à dinâmica dos setores acadêmico e não-acadêmico;
- c) Atuação em rede, para diminuir os desequilíbrios regionais na oferta e desempenho da Pós-graduação e atender às novas áreas de conhecimento.¹⁶

A implementação de políticas públicas preocupadas em integrar as ações de diferentes órgãos de fomento em torno de objetivos e metas comuns proporcionou que o Brasil alcançasse um significativo avanço científico e tecnológico nas últimas décadas. As universidades públicas foram e continuam sendo as principais responsáveis por esse avanço, sobretudo porque são essas universidades que concentram o maior número de programas de Pós-graduação *stricto sensu* preocupados com a produção científica e a inovação tecnológica. Apesar disso, a oferta desses programas de Pós-graduação *stricto sensu* ainda está aquém do ideal ou mesmo do padrão alcançado pelos países mais desenvolvidos, e a maioria dos cursos é ofertada nas capitais e nas grandes cidades litorâneas.

A UFFS, universidade *multicampi*, situada em uma região de fronteira, surge com o propósito de, prioritariamente, evidenciar as potencialidades e contribuir na resolução dos problemas que afetam a Mesorregião da Fronteira do Mercosul, composta por 396 municípios dos três estados sulinos e, além disso, constituir-se como problematizadora das demandas e respostas apresentadas aos problemas históricos da Mesorregião. Por se localizar distante dos chamados centros dinâmicos da economia, a Mesorregião ficou preterida, por longo tempo, no que concerne à aplicação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento dos seus problemas. O Ensino Superior na região se desenvolveu de forma tardia e concentrado na oferta de cursos de Graduação e de Pós-Graduação *lato sensu*, em detrimento da Pesquisa e da Pós-Graduação *stricto sensu*. Nesse contexto, a criação da UFFS traz consigo a perspectiva de uma universidade que investirá em cursos de Especialização e em programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, com o compromisso de desenvolver a Pesquisa Científica e a formação humana.

15 Ibid., p. 53.

16 Ibid., p. 42.

2.3 PESQUISA

A criação da Universidade Federal da Fronteira Sul surge em um momento histórico em que as contradições do modelo de desenvolvimento econômico do país criaram condições para que os movimentos sociais incluíssem o desenvolvimento social como uma estratégia prioritária das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação. A evolução dessas políticas pode ser percebida nos temas e discussões das Conferências de Ciência e Tecnologia realizadas desde 1985.

A primeira Conferência, realizada em 1985, logo após o término do regime militar, procurou incluir a comunidade acadêmica na discussão sobre os rumos da Ciência e da Tecnologia, em uma sociedade que tinha avançado nesse campo sem a participação democrática da comunidade científica na tomada de decisões.

No entanto, essa democratização não avançou muito, pois a segunda Conferência só foi realizada dezoito anos depois, em 2001. Além da comunidade científica e dos setores empresariais, ela mobilizou a sociedade por meio dos seus representantes políticos no congresso nacional, mas não houve participação ampla nas bases da sociedade civil. Na Conferência ficou claro que, apesar do grande avanço científico e tecnológico do país, o impacto em termos de desenvolvimento econômico e social era muito pequeno. As conclusões das discussões realizadas durante a Conferência resultaram na publicação do livro branco¹⁷ da Ciência, Tecnologia e Inovação, que apontava as políticas e as diretrizes para o setor de 2002 a 2012. A principal preocupação era a colaboração entre os setores público e privado em um esforço para consolidar um sistema de Ciência e Tecnologia que apoiasse o desenvolvimento de inovações tecnológicas visando melhorar a competitividade do setor produtivo em termos internacionais.

A terceira Conferência, realizada em 2005, já incluiu a Inovação em seu próprio título: *III Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação*. Procurou analisar as políticas já implantadas, seus objetivos e consequências. Nesta Conferência foram introduzidas algumas questões e conceitos importantes como desenvolvimento sustentável e inclusão social. A ampla participação de diversos setores (2 mil representantes da academia, do empresariado, de organizações não-governamentais, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos governos Federal e estaduais) propiciou o debate em torno da

17 BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro Branco: ciência, tecnologia e inovação**. Brasília: MCT, 2002.

distribuição dos benefícios e riquezas proporcionados pelos avanços científicos e tecnológicos, problematizando o próprio conceito de desenvolvimento. A partir de um amplo diagnóstico da situação nacional, foram apontadas as prioridades, contempladas posteriormente no Plano Nacional de Ciência e Tecnologia (2007-2010) no qual foram estabelecidas quatro prioridades estratégicas, em diferentes níveis¹⁸:

- 1) Expansão e consolidação do sistema nacional de Ciência e Tecnologia;
- 2) Promoção da expansão tecnológica nas empresas;
- 3) Pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas;
- 4) Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento social.

No último ano de execução do plano nacional, a IV Conferência de Ciência e Tecnologia, realizada em todas as regiões do país no primeiro semestre de 2010, mostrou que o 4º eixo prioritário, ou seja, a capacitação em Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento social, teve poucos avanços e requer esforços de toda a sociedade para que sejam atingidos os resultados desejados: superação das desigualdades e da exclusão social¹⁹.

Trata-se de equacionar a necessidade de investimentos na produção de conhecimentos científicos e inovações tecnológicas de que o país carece, e a democratização do acesso aos mesmos para as populações tradicionalmente excluídas. Desta forma, pretende-se que estas populações sejam protagonistas do processo de desenvolvimento econômico, promovendo a geração e distribuição de riquezas para seu próprio benefício, superando o modelo tradicional que visa à mera qualificação de uns poucos para um mercado formal de trabalho que não dá conta de absorver a maioria dessas populações.

Ao mesmo tempo, não se trata apenas de superar a exclusão econômica. O desenvolvimento social requer a participação cultural e política, garantindo o controle e a tomada de decisões às populações historicamente excluídas de quaisquer instâncias de poder. A apropriação de conhecimentos científicos e tecnológicos é um pressuposto para o exercício da cidadania responsável.

Em regiões de fronteira, como é o caso da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, essas questões adquirem uma importância ainda maior, pois estão ligadas à garantia da soberania nacional. Uma população com conhecimento para controlar os

18 BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Plano de ação 2007-2010: Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento nacional - Investir e inovar para crescer.** Brasília: MCT, 2010.

19 Os documentos das conferências estão disponíveis em:
http://www.cgee.org.br/cncti4/index.php?option=com_docman&Itemid=78

sistemas básicos que garantem o funcionamento do país, e com liberdade e poder de preservar sua cultura e identidade, é a melhor garantia da defesa da soberania e da unidade nacional.

Nesse contexto, a UFFS nasce com a missão de contribuir para que a construção do conhecimento científico e a inovação tecnológica façam parte de um projeto de desenvolvimento que priorize a formação humana, a inclusão social e a preservação das riquezas naturais, combatendo as desigualdades regionais e garantindo o acesso à formação superior na própria região.

Nesse sentido, a história, a missão e os princípios da Universidade Federal da Fronteira Sul colocam às atividades de Pesquisa alguns desafios que devem estar presentes na elaboração das políticas institucionais. Esses desafios se apresentam para as diferentes áreas do conhecimento como problemas a serem enfrentados e, portanto, a serem traduzidos em questões de Pesquisa sintonizadas com os interesses e necessidades da região.

2.4 EXTENSÃO E CULTURA

As primeiras propostas de cursos de Extensão no Brasil surgiram entre 1912 a 1930, com a criação da Universidade de São Paulo e a fundação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa(MG). Esses cursos foram oferecidos na forma de prestação de serviços²⁰. Uma nova forma de conceber a Extensão surge a partir de 1938, com o movimento estudantil, que, na pauta das reivindicações pelas reformas universitárias, incluiu a Extensão como assunto prioritário e reivindicava a interação da universidade com o povo. Ressalta-se a atuação da Juventude Universitária Católica (JUC) que, reforçando os preceitos da justiça social e de uma consciência crítica, incentivou os jovens a atuarem nas comunidades, procurando atender às populações mais pobres.

A consolidação propriamente dita das atividades de Extensão ocorre durante o regime militar, por meio do desenvolvimento do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), do Projeto Rondon e da instalação dos *Campi* Avançados, que objetivavam a interiorização das universidades. Tratava-se de uma Extensão sem

20 SOUZA, Olga Suely Soares de. A extensão universitária e as universidades populares. In **Revista da Faced**, n. 09, 2005.

articulação com o Ensino e a Pesquisa, vinculada à política desenvolvimentista do governo²¹ e que tinha o caráter de prestação de serviços e de integração cultural.

No contexto da redemocratização brasileira dos anos 80, os dirigentes universitários democraticamente eleitos colocaram em discussão uma nova concepção da Extensão. Nesta perspectiva, foi criado, em 1987, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), que buscou aproximar a ciência e a formação acadêmica da realidade social, construindo uma relação mais ampla entre a Universidade e a população em geral.

O Fórum defendeu várias bandeiras, entre as quais a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a função social da Universidade, e construiu o conceito segundo o qual “a Extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade”²².

Nesta nova concepção, a população passa, de agente passivo, a agente sujeito de todo o processo de conhecimento, o que pressupõe “uma articulação do saber acadêmico com o saber popular” e instaura “um processo socializante, democratizante do conhecimento”²³. Esta relação transformadora entre universidade e sociedade será marcada pelo “diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica [...] para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão”.²⁴

Com o compromisso de definir as suas políticas e ações a partir das exigências da realidade social, o FORPROEX reúne-se anualmente, com o objetivo de garantir uma política nacional de Extensão e conferir qualidade, visibilidade e reconhecimento das atividades desenvolvidas.

Em termos organizativos, o Fórum possui representação federal, estadual e municipal, com uma coordenação nacional e cinco coordenadorias regionais: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Considerando a representatividade do FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras) e seu papel na definição das políticas de Extensão, as universidades públicas têm reconhecido a

21 RODRIGUES, Marilúcia de Menezes. Revisitando a História - 1980-1995. A extensão universitária na perspectiva do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. In *Revista Portuguesa de Educação*, ano/vol. 16, número 002. Universidade do Minho. Braga, Portugal. 2003.

22 SOUSA, Ana Luiza Lima. *A história da extensão universitária*. Campinas: Alínea, 2000, p. 98.

23 RODRIGUES, Marilúcia de Menezes. Revisitando a História - 1980-1995. A extensão universitária na perspectiva do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. In *Revista Portuguesa de Educação*, ano/vol. 16, número 002. Universidade do Minho. Braga, Portugal. 2003, p.145.

24 FORPROEX. Diretrizes para a extensão universitária 2000-2001, p. 18.

legitimidade das diretrizes e orientações do Plano Nacional de Extensão e do Sistema de Dados e Informações da Extensão definidas nacionalmente por esse Fórum.

Ao integrar esse movimento nacional, a UFFS parte da discussão dessas diretrizes nacionais e dos princípios institucionais e acadêmicos acima evidenciados para definir suas políticas de Extensão, constituindo-se como um elo entre as demandas regionais e as atividades de Ensino e de Pesquisa.

A Extensão certamente não resolverá os problemas históricos da região, mas se coloca na perspectiva de colaborar, através de ações voltadas à cidadania e à inclusão social, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

3 PRINCÍPIOS

A Universidade é uma criação histórico-social. Ela é, portanto, instituição constituinte da sociedade. Não está à parte dela. Mas, ao mesmo tempo, tem a missão de ser *instância crítica* de si mesma e, especialmente, da sociedade, pois a criticidade que lhe é inerente implica, sobretudo, a sabedoria histórica de pensar, com profundidade, tanto o próprio tempo como a si própria, e não sem algum distanciamento.

O Projeto Político Institucional da Universidade Federal da Fronteira Sul expressa, nos princípios institucionais, os compromissos assumidos pela Universidade no contexto histórico e político da Educação Superior brasileira e no contexto socioeconômico da sua região de abrangência. Entre esses compromissos, a democratização do conhecimento exige a busca pela excelência na realização das atividades-fim (Ensino, Pesquisa e Extensão), o que requer a definição de princípios éticos e epistemológicos que traduzam a concepção de excelência acadêmica almejada.

Assim, as políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS serão orientadas pelos seguintes princípios:

1. Humanismo
2. Pluralidade
3. Justiça cognitiva
4. Autonomia intelectual
5. Cooperação
6. Sustentabilidade
7. Transformação social
8. Indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão
9. Interdisciplinaridade

Humanismo: O princípio diz respeito ao reconhecimento da humanidade que se faz presente em cada ser humano. Pressupõe uma abertura para a alteridade. Trata-se de um princípio indispensável a uma educação que queira fazer jus ao seu conceito de formadora do ser humano e, de modo especial, à formação do pesquisador, como forma de relação

que estabelece com o objeto investigado. Traduz-se na capacidade de se indignar diante de qualquer forma de injustiça e de perda da dignidade humana; pela manifestação da solidariedade e do companheirismo; pela igualdade combinada com o respeito às diferenças culturais, étnicas, de gênero, de opções de vida, de estilos pessoais e do respeito às decisões coletivas; pela sensibilidade ecológica e pelo respeito ao meio ambiente, entre outros.

Pluralidade: O princípio diz respeito à natureza da própria Universidade que, em seu conceito, abarca a pluralidade, ao reconhecer a universalidade numa tripla dimensão: a) o universal enquanto encontro da humanidade consigo mesma, isto é, com a multiplicidade de saberes produzidos ao longo da história por diferentes grupos humanos; b) o universal enquanto multiplicidade de interpretações feitas historicamente acerca da origem e do sentido de seus saberes; c) o universal enquanto orientação ético-política de construção da história na qual possam conviver distintas formas de organização e de significação da existência, uma história como “progresso *do* todo” contraposta ao “progresso *no* todo”.²⁵

Justiça cognitiva: O princípio diz respeito à democratização plena de todas as formas de saber produzidos historicamente, especialmente os conhecimentos científicos e tecnológicos que a Universidade abriga, desenvolve e aprimora. O acesso e a apropriação social de tais saberes são condições essenciais para o desenvolvimento do humano e para a justiça social. A Universidade pode contribuir decisivamente para a justiça cognitiva, na medida em que proporciona aos jovens e aos grupos sociais excluídos o acesso aos saberes sistematizados, historicamente produzidos e socialmente legitimados, possibilitando o redimensionamento do conhecimento.

Autonomia intelectual: O princípio diz respeito a uma condição ética e cognitiva no exercício do pensamento. Trata-se de preparar o indivíduo para embasar suas decisões e práticas na reflexão crítica da realidade histórica²⁶. Significa superar o mero cultivo da especulação inspirada em modelos ideais, que deixa os indivíduos incapazes de orientar-se no mundo, assim como o esforço de diferenciação individual visando afirmar-se diante da lógica competitiva que se impõe como realidade autonomizada, sem sujeito. O desenvolvimento de uma postura investigativa nas atividades de Ensino na Graduação e na Pós-graduação, articuladas entre si e amparadas na Pesquisa e na Extensão, é primordial para o desenvolvimento da autonomia intelectual. A produção de autonomia do pensamento decorre necessariamente do cultivo permanente da interrogação e da problematização.

25 ADORNO, Theodor. *Palavras e sinais: modelos críticos II*. Petrópolis: Vozes, 1995.

26 ADORNO, Theodor. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz & Terra, 1995.

Cooperação: O princípio diz respeito à forma de relação que os homens estabelecem entre si para regular suas relações com a natureza, e encontra no trabalho a referência para humanizar a realidade natural e social. Trata-se de um princípio que se contrapõe ao individualismo econômico moderno e à instrumentalização racional que o embasa, que busca conferir sentido humano ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão através da participação coletiva e solidária na organização e desenvolvimento das atividades acadêmicas. A cooperação implica o agir solidário, tanto na produção, quanto na apropriação e distribuição dos resultados nas distintas atividades humanas.

Sustentabilidade: O princípio da sustentabilidade diz respeito a um conjunto amplo de princípios, valores, conhecimentos e práticas individuais e coletivas que procuram repensar/superar o atual modelo de desenvolvimento e promover dinâmicas que primem por justiça social e por relações mais solidárias e responsáveis entre o homem e a natureza. Implica construir alternativas ao atual modelo de produção e de consumo, que tem nas necessidades do mercado a sua principal referência e que reduz a natureza à condição de objeto e o homem à condição de consumidor. A sustentabilidade tem uma dimensão ética latente: ela implica um equilíbrio dinâmico entre as necessidades humanas e a capacidade da natureza de satisfazê-las. A sustentabilidade ecológica, nesse sentido, implica sustentabilidade social, econômica, espacial e cultural.²⁷

Transformação social: O princípio diz respeito à orientação social do fazer acadêmico no âmbito do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Trata-se de um princípio que aposta na contextualização e na interpretação histórica e crítica como perspectiva de qualificar a intervenção social. Requer o reconhecimento da pertinência das demandas sociais a partir de sua contextualização histórica, objetivando conferir-lhes uma orientação emancipatória. O princípio se traduz numa postura política voltada para o desenvolvimento de um processo investigativo e pedagógico vinculado organicamente aos processos sociais, comprometido com a construção de práticas orientadas pela justiça social, pela radicalidade democrática, por valores humanistas e coletivistas.

Indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. O princípio diz respeito, sobretudo, à articulação dialética entre a teoria e a prática para construir um fazer acadêmico socialmente relevante. Contrapõe-se à operacionalização e à massificação da Universidade que resulta na degradação do Ensino, na mercantilização da Pesquisa e na funcionalização da Extensão.

Interdisciplinaridade: O princípio diz respeito ao processo de construção do conhecimento que, por meio do diálogo e da integração entre diferentes saberes e

27 SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

disciplinas, possibilita a composição de interpretações mais abrangentes e complexas, e uma intervenção mais qualificada na realidade.

4 OBJETIVOS E AÇÕES

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede na cidade de Chapecó e *campi* nas cidades gaúchas de Cerro Largo e Erechim, e nas cidades paranaenses de Realeza e Laranjeiras do Sul, tem como área de abrangência os 396 municípios que compõem a Mesorregião da Fronteira do Mercosul. Trata-se de uma região historicamente desassistida pelo poder público, especialmente no que diz respeito ao acesso à Educação Superior, considerada pelo Ministério da Integração Regional como uma área em depressão econômica.

As bacias hidrográficas do rio Uruguai e do rio Iguaçu conferem uma identidade geográfica à Mesorregião, que possui semelhanças físicas e sócio-econômicas, e é marcada pela imigração europeia, que contribuiu fortemente na definição de sua identidade histórica e cultural. Destaca-se também a presença e atuação de diversos movimentos sociais rurais e urbanos que, a partir dos anos 70, têm provocado impactos significativos na formulação de políticas públicas e na produção de atores sociais, mediadores e lideranças políticas e comunitárias, bem como no desenvolvimento de um forte associativismo regional. A formação desses profissionais e desses agentes ligados aos movimentos sociais pressionou o Estado para a criação de políticas públicas em relação à terra, à saúde, à mulher, à energia, entre outras. Trata-se de uma região que tem na agropecuária e na agroindústria sua base produtiva, e que tem como problemas centrais:

empobrecimento relativo da Mesorregião; pressão dos sistemas produtivos sobre os recursos naturais; crescente perda de dinamismo da economia regional frente ao contexto da globalização, e empobrecimento social da Mesorregião, decorrente da dificuldade de inserção da pequena propriedade rural no mercado; e as precárias condições de moradia de parcela significativa da população, com deficiências de saneamento básico, acesso à saúde e educação. Como consequência dos fatores elencados, advém a baixa capacidade de absorção de mão-de-obra e retenção da população, gerando êxodo rural e emigração regional.²⁸

28 PERIN, Zeferino, DAMO, Márcia e BONETTI, Célio. *Consensos e Estratégias para o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul*. Erechim: EdiFAPES, 2003, p. 12

Diante desse cenário, cabe à UFFS atuar numa perspectiva de transformação social, visando minimizar as desigualdade sociais da Mesorregião da Fronteira do Mercosul e contribuir para um projeto de desenvolvimento regional integrado, sustentável e solidário.

4.1 GRADUAÇÃO

Alicerçada no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, a Graduação constitui-se num espaço mediador de produção e de difusão do conhecimento, fundamentada na Ciência, na Arte e na Justiça. Seu desenvolvimento pressupõe a articulação do trabalho pedagógico em torno de objetivos coesos e coerentes, que tenham por base os processos de democratização do país, os princípios institucionais e os princípios éticos e epistemológicos das atividades-fim da Universidade. Assim, a despeito da diversidade de áreas de formação na Graduação, é possível estabelecer objetivos gerais para direcionar e dar organicidade à práxis educativa que se desenvolve em cada curso.

4.1.1 Objetivos Gerais

São objetivos gerais do Ensino da Graduação:

1. Promover o acesso à Ciência, Tecnologia e Cultura e às suas formas de produção, sobretudo para as camadas sociais historicamente excluídas;
2. Fomentar o desenvolvimento de Projetos Pedagógicos de Cursos fortemente articulados com as demandas regionais e nacionais com a perspectiva de contribuir para a diminuição das desigualdades sociais;
3. Realizar uma ação educativa dialética e problematizadora que promova o desenvolvimento da cognição e da afetividade na construção de novas significações sociais;
4. Promover a diversidade no espaço da Universidade e incluir as diferenças culturais do mundo contemporâneo no contexto curricular como pressuposto para a formação profissional e cidadã;
5. Criar um espaço intelectual e político plural, fomentando o diálogo e o debate entre diferentes posições teóricas, olhares e perspectivas;

6. Fomentar a cooperação entre os membros da comunidade acadêmica de diferentes cursos, *campi* e instituições com o intuito de promover processos e práticas pedagógicas orientadas por valores humanistas e coletivistas, justiça social e democracia;
7. Promover o exercício da reflexão crítica e a (re)construção de saberes por meio da investigação e da indagação permanente sobre as práticas sociais e profissionais, integrando as atividades de Ensino com as práticas de Pesquisa e de Extensão e articulando a Graduação com a Pós-Graduação;
8. Formar profissionais cidadãos, capazes de refletir autonomamente, com competência técnica e teórica, de modo a contribuir com a construção de uma sociedade justa, sustentável e solidária.

Concebe-se o ensino de Graduação como o desenvolvimento de cursos e carreiras que possibilitem a formação para a autonomia do agir e do pensar, a criação de espaços de atuação e, neste caso, de novos modos de atuar, e não apenas o mero atendimento às necessidades mutáveis e peremptórias do mercado. Objetiva-se, portanto, formar um egresso que, mediado pelos conhecimentos técnicos e científicos, compreenda os fenômenos sociais em sua relação com o contexto histórico mais amplo, produzidos social e historicamente. Um sujeito que se sensibilize com as questões sociais do seu tempo e se solidarize, comprometa-se, intervenha e participe da construção de novas relações sociais e de melhores condições de vida para as populações.

4.1.2 Diretrizes para a Organização da Graduação

A concretização desses objetivos gerais exige uma relação orgânica entre as atividades de Ensino, de Pesquisa e de Extensão. A definição de diretrizes organizacionais da Graduação, em articulação com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Graduação, das Licenciaturas e dos Cursos objetiva assegurar que o ensino da Graduação se estruture de forma a viabilizar a realização de seus objetivos. São três as diretrizes gerais da Graduação da UFFS, articuladas entre si, a saber: (1) a democratização do acesso e da permanência, com qualidade; (2) a flexibilização curricular; (3) a construção coletiva e democrática dos Projetos Pedagógicos dos cursos.

4.1.2.1 Democratização do acesso e permanência

O estabelecimento de mecanismos, estratégias e ações que garantam o acesso e a permanência dos discentes das camadas populares historicamente excluídas, como perspectiva de democratização do acesso à Educação Superior com qualidade e à promoção da justiça social.

4.1.2.2 Flexibilização curricular

Corresponde a uma organização favorável à diversificação do currículo, orientada pela variedade de componentes curriculares e de atividades formativas, e mediada por uma tensão permanente entre educação geral e educação especializada. O currículo, compreendido como algo construído no cruzamento de influências e campos de atividades diferenciadas e inter-relacionadas,²⁹ inclui sempre a escolha circunstanciada de conhecimentos que são enfatizados ou omitidos, em meio a um conjunto mais amplo de opções. Nos currículos dos Cursos de Graduação da UFFS, a flexibilização é traduzida pela organização em três grandes domínios, a saber: (i) Domínio comum; (ii) Domínio conexo e, (iii) Domínio específico.

O domínio comum refere-se ao conjunto de disciplinas cursadas pelos estudantes de todos os cursos de Graduação e que tem por finalidade proporcionar aos estudantes a apropriação de conhecimentos científicos que promovam o seu desenvolvimento enquanto seres humanos capazes de intervir ativa e criticamente em qualquer contexto ou atividade sócio-profissional. A opção por um currículo com uma parte comum a todos os Cursos de Graduação traduz não só a compreensão de que a educação pública, em todos os níveis, deve ser orientada por argumentos democráticos, mas também a justiça curricular, isto é, a organização de currículos que não correspondam a verdadeiros guetos culturais.³⁰

O Domínio Conexo refere-se ao conjunto de disciplinas que traduzem um corpo de conhecimentos situados na interface de vários cursos, sem, no entanto, caracterizarem-se como exclusivas de um ou de outro. Possibilita a visualização de interesses comuns e aponta possíveis conexões na direção da consecução de atividades de Ensino, Pesquisa e

29 SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

30 PACHECO, José Augusto (org.). **Políticas de integração curricular**. Portugal : Porto Editora, 2000.

Extensão. Congrega elementos promotores da integração curricular³¹ e do princípio da interdisciplinaridade.

O Domínio Específico refere-se ao conjunto de componentes curriculares traduzidos em disciplinas, seminários, oficinas, atividades curriculares complementares, entre outros, próprios de determinadas áreas do conhecimento e processos formativos. Possibilita o estudo aprofundado de conhecimentos de uma determinada área do conhecimento. Nos currículos dos Cursos de Graduação da UFFS, tal princípio responde, ainda, à possibilidade de os estudantes decidirem sobre parte do percurso curricular que desejam realizar no tempo de integralização previsto para o Curso.

4.1.2.3 Construção coletiva e democrática dos Projetos Pedagógicos dos Cursos

Os Projetos dos Cursos dão materialidade aos princípios institucionais e ético-epistemológicos, e aos objetivos da Graduação. Construídos com a participação dos coletivos docentes e discentes, mobilizam conhecimentos de distintas áreas para definir o perfil do egresso e traçar o percurso curricular que o objective.

4.1.3 Ações Prioritárias

Tendo em vista os princípios da UFFS e os objetivos gerais da Graduação, estão sendo propostas as seguintes ações para atender às demandas e sugestões apresentadas nos dez Fóruns Temáticos da COEPE e nos Grupos de Discussão:

OBJETIVOS ³²	AÇÕES (Cursos, Atividades, Semanas Acadêmicas, Convênios etc.)
	1.1 - Observação das diretrizes do MEC na organização da

31 LOPES, Casemiro Alice; MACEDO, Elizabeth (Orgs.). *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

32 Trata-se aqui dos objetivos que orientam as ações propostas. Um mesmo objetivo pode orientar diversas ações. Pretende-se que, ao discutir os objetivos, o grupo consiga integrar as diferentes ações de forma coerente com os objetivos gerais da graduação e com os princípios institucionais da universidade e não se atenha simplesmente a listar as demandas e as sugestões vindas dos Fóruns. Os grupos podem também propor ações que não tenham sido sugeridas nos Fóruns. Podem ser acrescentadas no quadro tantas linhas quantas forem necessárias.

Graduação;
1.2 - Articulação permanente com a biblioteca visando ao atendimento qualificado das demandas dos Cursos de Graduação;
1.3 - Elaboração e desenvolvimento de programa de acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem discente;
1.4 - Elaboração e desenvolvimento de Política de Formação Docente (e.g. Observatório de Formação Docente; estudos sobre a integralização e organização curricular; eventos internos para consolidação da proposta curricular dos cursos da UFFS; criação e implementação do NAP - Núcleo de Apoio Pedagógico);
1.5 - Desenvolvimento de políticas de divulgação da Graduação da UFFS;
1.6 - Fortalecimento do colegiado como espaço institucional para definir o perfil docente requerido nos concursos e o estabelecimento dos critérios de seleção pautados nas áreas prioritárias;
1.7 - Implementação do Núcleo Docente Estruturante dos cursos;
1.8 - Divulgação, preparo e apoio à participação em atividades extraclasse diversificadas, como atividades acadêmicas e participação em eventos, articuladas com o processo global de formação do perfil do egresso, expresso pelos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) (e.g., semanas acadêmicas, viagens de estudos, visitas técnicas, interlocução entre <i>campi</i> , cursos de curta duração, grupos de estudo, olimpíadas do conhecimento, seminários, congressos, gincanas acadêmicas, monitorias,);
1.9 - Implementação de mecanismos de articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
1.10 - Criação e implementação do processo de autoavaliação institucional;
1.11 - Avaliação coletiva e permanente do processo de organização pedagógica;
1.12 - Estudo e desenvolvimento de estratégias de controle de evasão;
1.13 - Desenvolvimento de ações estratégicas, visando ao comprometimento e à excelência no processo de ensino e de

<p>1 - Consolidar a Graduação na UFFS</p>	<p>aprendizagem, no âmbito da docência e da discência;</p> <p>1.14 - Organização do Fórum Permanente das Licenciaturas e Bacharelados, com demonstração de projetos e experiências dos cursos da UFFS e de outras instituições;</p>
	<p>1.15 - Elaboração de programa de acompanhamento do egresso.</p> <p>2.1 - Estudo da necessidade, da prioridade e da viabilidade de implementação de Cursos de Graduação nas áreas de abrangência da UFFS, tais como:</p> <p>Chapecó:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Licenciatura em Artes; b) Licenciatura em Biologia; c) Ciências Econômicas; d) Engenharias, com ênfase em energias renováveis; e) Estatística; f) Licenciatura em Física; g) Hotelaria; h) Licenciatura em Matemática; i) Medicina; j) Psicologia; k) Licenciatura em Química; l) Serviço Social; m) Turismo. <p>Cerro Largo:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Ciências Agrárias: Zootecnia e Veterinária; b) Arqueologia; c) Licenciatura em Artes; d) Ciências Biológicas: Biotecnologia, Bacharelado em Biologia e Gestão Ambiental; e) Economia Solidária, Economia Social ou Cooperativismo; f) Licenciatura em Educação do campo; g) Gestão pública; h) Licenciatura em Letras - Alemão; i) Licenciatura em Ciências Humanas (História, Geografia, Sociologia, Antropologia);

- j) Licenciatura em Libras;
- k) Licenciatura em Matemática;
- l) Medicina;
- m) Enfermagem;
- n) Turismo;
- o) Engenharias (Alimentos, Elétrica e Civil).

Laranjeiras do Sul:

- a) Artes Cênicas;
- b) Música;
- c) Medicina, com ênfase em saúde coletiva;
- d) Licenciatura e Bacharelado em História;
- e) Veterinária, com ênfase em Agroecologia.

Erechim:

- a) Agronomia (noturno);
- b) Engenharia Ambiental (noturno);
- c) Comunicação
- d) Licenciatura em Letras
- e) Serviço Social.
- f) Licenciatura em Física
- g) Licenciatura em Química
- h) Licenciatura em Biologia

Realeza:

- a) Campus de Realeza como um centro de cursos de licenciatura e de ciências da saúde;
- b) Agroecologia;
- c) Artes com ênfase em música;
- d) Ciências Sociais;
- e) Licenciatura em Educação Especial;
- f) Enfermagem;
- g) Licenciatura em Ensino Religioso;
- h) Licenciatura em Filosofia;
- i) Licenciatura em Libras;
- j) Licenciatura em Pedagogia/Educação Infantil.

2 - Elaborar plano de desenvolvimento da Graduação	2.2 - Estudo de viabilidade de criação de Colégio de Aplicação ou similar, na UFFS, campus de Realeza.
3 - Valorizar as carreiras do magistério	<p>3.1 - Criação de programa integrado das licenciaturas para divulgar e esclarecer aos alunos da Educação Básica sobre as possibilidades da carreira docente.</p> <p>3.2 - Priorização de trabalho de campo nas escolas.</p> <p>3.3 - Desenvolvimento dos componentes curriculares pela via da problematização do contexto, incorporando resultados de pesquisas e outras atividades.</p> <p>3.4 - Implantação e consolidação do LADO (Laboratório Articulado de Docência) e NED (Núcleo de Estudos de Docência), visando à construção de um centro de excelência em formação para a docência.</p> <p>3.5 - Integração às políticas federais de valorização da docência (e.g. PARFOR, PIBID).</p>
4 - Formar profissionais oriundos de grupos específicos em suas áreas de interesse e necessidades	<p>4.1 - Estudo da viabilidade de criação de cursos de Graduação destinados a grupos específicos:</p> <p>Laranjeiras do Sul:</p> <p>a) Via Campesina - Turmas de alternância em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial em parceria com Centro de desenvolvimento sustentável e agroecologia (CEAGRO);</p> <p>b) Grupos indígenas regionais - Licenciatura Intercultural: formação de professores para educação escolar indígena.</p> <p>Erechim:</p> <p>a) Grupos indígenas: Cursos de Graduação sediados nas aldeias.</p> <p>Cerro Largo:</p> <p>a) Camponeses, assentados e indígenas.</p>
5 - Criar e implementar políticas de acesso e permanência	<p>5.1 - Desenvolvimento de ações voltadas ao fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem como estratégia de permanência (grupos de estudos, monitorias, etc.).</p> <p>5.2 - Reserva de vagas para indígenas como estratégia de acesso à universidade.</p> <p>5.3 - Discussão e implementação de políticas de educação</p>

	inclusiva.
	5.4 - Consolidação de acesso à UFFS, via ENEM, como sistema de bonificação para alunos egressos de escola pública.
6 - Fortalecer o trabalho com temas interdisciplinares/transversais	6.1 - Agroecologia.
	6.2 - Cidadania.
	6.3 - Cooperação.
	6.4 - Diversidades.
	6.5 - Educação e Saúde.
	6.6 - Educação patrimonial e ambiental.
	6.7 - Etnia.
	6.8 - Gênero.
	6.9 - Identidade e Diferença.
	6.10 - Multiculturalidade e Interculturalidade.
	6.11 - Responsabilidade sócio-ambiental.
7 - Atuar pró-ativamente na busca das condições de infraestrutura de funcionamento da Graduação	7.1 - Expansão permanente do acervo bibliográfico das bibliotecas dos <i>campi</i> , em cumprimento à legislação vigente.
	7.2 - Criação de setores de reprografia.
	7.3 - Implantação de cantina e RU
	7.4 - Criação de Laboratórios.
	7.5 - Disponibilização de salas para o corpo docente com condições adequadas de trabalho.
	7.6 - Implantação de laboratórios de informática e salas de meios.
8 - Promover intercâmbio com outras Instituições de Ensino Superior, brasileiras e estrangeiras	8.1 - Formalização de convênios de intercâmbio com Cursos de Graduação de universidades brasileiras e estrangeiras.
9 - Articular a Graduação com a Pós-Graduação, a Pesquisa e Extensão	9.1 - Articulação da Pesquisa e da Extensão como estratégia de ensino na Graduação.
	9.2 - Articulação dos grupos de iniciação científica com os Grupos de Pesquisa da Pós-graduação.

4.2 PÓS-GRADUAÇÃO

A realidade da Mesorregião da Fronteira do Sul apresenta uma série de problemas que desafiam a Universidade. Os estudos avançados decorrentes dos Cursos e Programas de Pós-graduação da UFFS são desafiados a atentar para tal realidade.

A demanda por profissionais pós-graduados e qualificados se dá tanto nas empresas como nos órgãos governamentais e, de um modo geral, na área social, nos movimentos sociais e organizações não-governamentais. Deste modo, a Pós-Graduação na UFFS deve promover a pesquisa básica e aplicada, atendendo não apenas ao setor produtivo e ao Estado, mas também às organizações da sociedade civil. Trata-se de promover a capacitação humana e profissional e a autonomia dos estudantes para a produção de conhecimento emancipatório e para o desenvolvimento de condutas que gerem sustentabilidade e qualidade de vida.

A definição e a consolidação de um sólido sistema de Pós-Graduação na UFFS requer o estabelecimento de redes de cooperação *intercampi*, nacional e internacional, com diferentes Instituições de Ensino e de Pesquisa. Dada a sua origem, a UFFS é desafiada a constituir-se em um centro de referência para o desenvolvimento da pesquisa básica e aplicada na sua região de abrangência.

4.2.1 Objetivos Gerais

1. Promover a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e a articulação entre a Graduação e a Pós-graduação;
2. Favorecer a cooperação e a inserção dos Pesquisadores da UFFS no âmbito nacional e internacional, bem como sua participação em redes de Pesquisa;
3. Proporcionar ambiência acadêmica que favoreça a construção de conhecimento emancipatório, promova a formação humana e capacite para o mundo do trabalho;
4. Buscar constantemente o belo, o justo e o verdadeiro;
5. Capacitar pessoas aptas a propor e a promover mudanças na forma de produção e de consumo, por meio da produção, difusão e socialização de conhecimentos e práticas nas diferentes áreas.

6. Desenvolver estudos e pesquisas, básicas e aplicadas, para atender às demandas da sociedade contemporânea;
7. Formar pós-graduados com autonomia intelectual e capazes de conviver com a pluralidade de ideias e de culturas.
8. Criar espaços de publicação da produção científica que permitam dar visibilidade institucional aos Grupos de Pesquisa, e contribuam para a circulação do conhecimento;
9. Promover a especialização e a integração entre as diversas áreas do conhecimento.

4.2.2 Diretrizes para a Organização da Pós-graduação

A concretização dos objetivos gerais exige uma relação orgânica da Pós-graduação com o ensino de Graduação, a Pesquisa e a Extensão.

As políticas nacionais de Pós-graduação definem algumas diretrizes que orientam a organização da Pós-graduação, as quais devem ser consideradas na formulação das políticas da UFFS. Essas diretrizes dizem respeito, entre outras coisas, à classificação e constituição dos cursos, à flexibilização curricular, aos processos de cooperação institucional, à relação com a Pesquisa e com a Extensão.

4.2.2.1 Classificação dos Cursos

A Pós-graduação na UFFS compreende a oferta de Cursos de Especialização (nível *lato sensu*) e de programas de Mestrado e de Doutorado (nível *stricto sensu*). Sua implantação se dá à luz dos critérios a serem estabelecidos pela Instituição, bem como daqueles propostos na política nacional de Pós-graduação e de Pesquisa da CAPES e do CNPq.

Os Cursos de Especialização são, em geral, organizados de forma a oferecer respostas mais imediatas a determinadas demandas sociais e profissionais. Para além dessa especificidade, podem apoiar o processo de construção e de definição de Programas

stricto sensu. Os Cursos *lato sensu* devem ter duração mínima de um ano adequando-se à legislação, em especial no que concerne à carga horária e à produção monográfica.

Os programas de pós-graduação *stricto sensu* se concentram em torno de áreas e de temáticas claramente definidas e objetivam o aprimoramento da formação humana e a produção de conhecimento científico e tecnológico.

4.2.2.2 Constituição dos Cursos

Os Cursos e os Programas são concebidos no âmbito das diferentes áreas do conhecimento e/ou dos Cursos de Graduação. Estabelecem estreito vínculo com os Grupos e Linhas de Pesquisa, e emergem de sua produção acadêmica. São institucionais e concebidos na perspectiva *multicampi*, com o propósito de otimizar os recursos humanos existentes. Articulam-se ao planejamento institucional considerando suas grandes metas, atentando para sua visão estratégica, e privilegiando as grandes demandas regionais ligadas aos desafios do desenvolvimento humano, cultural, socioeconômico, científico e tecnológico.

4.2.2.3 Flexibilização curricular

A organização curricular, em sintonia com os princípios institucionais, deverá primar pela promoção da tensão permanente entre educação geral e educação especializada, e pela articulação de conhecimentos de distintas áreas de formação.

É da essência dos Cursos e Programas de Pós-graduação a flexibilidade na sua estruturação. Assim, a definição da matriz curricular se dimensiona de acordo com as necessidades do estudante e da sua área de formação, e visa à produção de conhecimento que não apenas promova a discussão na comunidade acadêmica e científica, mas que atenda às demandas da sociedade.

Os projetos dos Cursos *stricto sensu* necessitam prever que, além da produção da dissertação ou da tese, os alunos cursem um conjunto de disciplinas relacionadas à área de concentração e/ou áreas afins de cada programa, bem como às Linhas do Programa. Às atividades de pesquisa que resultem em produção científica ou tecnológica poderão ser atribuídos créditos além dos previstos nas disciplinas formais.

4.2.2.4 Cooperação *intercampi* e interinstitucional

Os programas de cooperação constituem uma estratégia singular para a otimização dos recursos existentes, para a nucleação mais equilibrada de Cursos e Grupos de Pesquisa em nível institucional e interinstitucional. Em nível institucional, evidenciam a necessidade de mobilização *intercampi* como perspectiva de responder às grandes demandas vinculadas à região de abrangência da Universidade, nos âmbitos do desenvolvimento humano, cultural, socioeconômico, científico e tecnológico. Em nível interinstitucional constituem uma possibilidade de potencializar recursos humanos em áreas de grande relevância social e com carência de pesquisadores, e de estabelecer uma cooperação em projetos de interesse nacional e internacional. Dessa cooperação emergirão a organização de redes de cooperação científica e tecnológica, estabelecendo profunda relação com a Pesquisa e com o desenvolvimento da Ciência.

4.2.2.5 Articulação com a Pesquisa e a Extensão

Os Cursos e Programas se constituem num meio privilegiado para a formação e consolidação dos Grupos e Linhas de Pesquisa na UFFS e favorecem a integração com outras instituições e agências de fomento, nacionais e internacionais. A interação e a cooperação entre os Grupos de Pesquisa criam as condições de promoção do desenvolvimento cultural, científico e tecnológico, fortalecendo a articulação entre as áreas do conhecimento, bem como com a Extensão.

4.2.3 Ações Prioritárias

Tendo em vista os princípios da UFFS e os objetivos gerais da Pós-graduação, são propostas as seguintes ações para atender às demandas e sugestões apresentadas nos dez Fóruns Temáticos da COEPE e nos Grupos de Discussão:

OBJETIVOS ³³	AÇÕES (Cursos, Programas, Convênios, etc.)
1 - Definir as políticas e as diretrizes da Pós-graduação da UFFS.	1.1 - Constituição de grupo de trabalho, com representação docente de todos os <i>campi</i> , para a elaboração da minuta da Política de Pós-Graduação a ser apreciada pelo Conselho Universitário.
	1.2 - Submissão da minuta da Política de Pós-Graduação ao Conselho Universitário para aprovação.
	1.3 - Elaboração do Plano de Desenvolvimento da Pós-Graduação da UFFS, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
	1.4 - Implantação do Plano de Desenvolvimento da Pós-Graduação.
2 - Fomentar a articulação permanente entre o ensino de Graduação e Pós-graduação, a Pesquisa, a Extensão e a Cultura no âmbito da UFFS.	2.1 - Envolvimento de estudantes da pós-graduação e da graduação em atividades conjuntas de pesquisa e extensão (grupos de estudo e de pesquisa, fóruns temáticos, eventos, entre outros).
	2.2 - Desenvolvimento de ações articuladoras entre os docentes da graduação e da pós-graduação.
	2.3 - Organização de atividades de formação nos espaços internos e externos à UFFS.
	2.4 - Participação dos colegiados dos Cursos de Graduação na elaboração e coordenação dos Projetos de Pós-graduação.
3 - Definir as áreas prioritárias a partir das quais serão implantados os primeiros Programas de Pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	3.1 - Levantamento das potencialidades do corpo docente, particularmente no que tange à titulação e à produção científica.
	3.2 - Discussão com a comunidade acadêmica a respeito das áreas a serem priorizadas na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , a partir das potencialidades do corpo docente da UFFS.
	3.3 - Organização de Grupos e de Linhas de Pesquisa que darão sustentação aos Programas <i>stricto sensu</i> a serem implantados.
	3.4 - Instituição de grupos de trabalho responsáveis pela elaboração das propostas dos Programas <i>stricto sensu</i> a serem

33 Trata-se aqui dos objetivos que orientam as ações propostas. Um mesmo objetivo pode orientar diversas ações. Pretende-se que, ao discutir os objetivos, o grupo consiga integrar as diferentes ações de forma coerente com os objetivos gerais da pós-graduação e com os princípios institucionais da universidade e não se atenha simplesmente a listar as demandas e as sugestões vindas dos Fóruns. Os grupos podem também propor ações que não tenham sido sugeridas nos Fóruns. Podem ser acrescentadas no quadro tantas linhas quantas forem necessárias.

	<p>implantados.</p> <p>3.5 - Avaliação da viabilidade de implantação dos seguintes Programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> na UFFS:</p> <p>a) Programa de Pós-Graduação em Agroecologia;</p> <p>b) Programa de Pós-Graduação na área Ambiental;</p> <p>c) Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas;</p> <p>d) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Inovação Tecnológica;</p> <p>e) Programa de Pós-Graduação em Educação;</p> <p>f) Programa de Pós-Graduação em Energias Renováveis.</p> <p>g) Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem;</p> <p>h) Programa de Pós-Graduação em História Regional e Integração Latino Americana;</p> <p>i) Programa de Pós-Graduação em Sanidade em Produção de Alimentos na perspectiva da Agricultura Familiar.</p> <p>3.6 - Seleção de novos docentes da UFFS a partir das necessidades inerentes à Pós-graduação <i>stricto sensu</i>.</p>
<p>4 - Definir as áreas e os Cursos de Especialização a partir das necessidades/ demandas identificadas pela UFFS e pela comunidade regional.</p>	<p>4.1 - Estudo da viabilidade dos seguintes cursos de especialização na UFFS:</p> <p>a) Curso de Especialização em Políticas Públicas;</p> <p>b) Curso de Especialização em Gestão Escolar;</p> <p>c) Curso de Especialização em Inclusão Digital e Educação;</p> <p>d) Curso de Especialização em Gestão e Organização Espacial e Territorial;</p> <p>e) Curso de Especialização em Educação Especial;</p> <p>f) Curso de Especialização em Produção de Leite Agroecológico;</p> <p>g) Curso de Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Respektivas Literaturas;</p> <p>h) Curso de Especialização em Ensino de Língua Espanhola e Literaturas Hispânicas;</p> <p>i) Curso de Especialização em Fitoterapia, Saúde Coletiva e em Educação e Saúde;</p> <p>j) Curso de Especialização em Gestão Pública;</p> <p>k) Curso de Especialização em Engenharia de Software;</p> <p>l) Curso de Especialização em Cooperativismo;</p> <p>m) Curso de Especialização em Ensino de Ciências e</p>

	<p>Matemática;</p> <p>n) Curso de Especialização em Agroecologia e Planejamento da Produção em Áreas de Assentamento (Residência Agrária, Edital PRONERA);</p> <p>o) Curso de Especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Rural;</p> <p>p) Curso de Especialização em Meio Ambiente;</p> <p>q) Curso de Especialização nas Áreas das Ciências Humanas (História, Ciências Sociais);</p> <p>r) Curso de Especialização em Libras;</p> <p>s) Cursos de Especialização em Ensino de Sociologia;</p> <p>t) Cursos de Especialização em Ensino de Filosofia;</p> <p>u) Curso de Especialização em Arte-Educação.</p>
5 - Promover convênios, parcerias e intercâmbios com universidades nacionais e do exterior, instituições públicas e privadas e organizações da sociedade civil	<p>5.1 - Estabelecimento de parcerias e/ou convênios para a oferta de Cursos de Especialização nas áreas consideradas relevantes para a região de abrangência da UFFS.</p> <p>5.2 - Realização de convênios com Instituições de Ensino Superior (IES), nacionais e do exterior, que facilitem o intercâmbio acadêmico.</p> <p>5.3 - Organização, no âmbito da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, de uma divisão de relações interinstitucionais.</p> <p>5.4 - Realização de parcerias com outras IES para a oferta de Programas de Doutorado Interinstitucional (DINTER).</p>
6 - Criar condições para assegurar a excelência acadêmica dos Cursos de Pós-graduação.	<p>6.1 - Definição de política de apoio e/ou auxílio institucional aos docentes e técnicos da UFFS para a participação em eventos e em redes de pesquisa, nacionais e no exterior.</p> <p>6.2 - Promoção de eventos de intercâmbio acadêmico e científico entre docentes e discentes da UFFS e de outras IES nacionais e do exterior.</p> <p>6.3 - Criação de espaços institucionais para a publicação da produção científica, nas modalidades livro, anais e periódicos.</p> <p>6.4 - Criação da Editora UFFS com condições materiais e humanas para seu pleno funcionamento.</p> <p>6.5 - Definição de critérios e criação de instrumentos para a avaliação da produção científica dos docentes da UFFS.</p> <p>6.6 - Difusão da produção científica e didático-pedagógica da UFFS, por meio de acervo digital e/ou impresso.</p>
7 - Definir políticas de apoio à capacitação dos	7.1 - Elaboração de política de capacitação docente nos níveis de Doutorado e Pós-doutorado.

docentes e técnicos-administrativos.	7.2 - Elaboração de política de capacitação dos técnico-administrativos.
	7.3 - Estudo da viabilidade de oferta de Programas de Doutorado Interinstitucionais - modalidade DINTER: a) Doutorado em Desenvolvimento Regional/Territorial (UNESP/Araraquara). b) Doutorado em Meio-Ambiente e Desenvolvimento.

4.3 PESQUISA

Parte dos problemas da região da Fronteira Sul se deve à histórica ausência de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento e a superação das desigualdades socioeconômicas. A superação desses problemas requer conciliar conhecimento da realidade com a preservação ambiental, a melhoria da qualidade de vida de todos e a produção e inovação científica, tecnológica e cultural.

Nesse contexto, a UFFS é desafiada a organizar as atividades de Pesquisa de forma a dialogar com a sociedade, reafirmando seu compromisso com a construção de uma instituição pública, popular e de qualidade e desempenhando seu papel de *locus* de problematização da realidade social.

4.3.1 Objetivos Gerais

Orientada pelos princípios éticos e epistemológicos colocados acima, a Pesquisa na UFFS visa aos seguintes objetivos:

1. Respeitar os princípios éticos e epistemológicos que orientam as atividades-fim da UFFS;
2. Observar os princípios da ética científica na definição das finalidades da Pesquisa, no uso das metodologias, na divulgação dos resultados e na utilização das verbas públicas;
3. Promover o avanço do conhecimento em todas as suas áreas;

4. Contribuir para que a UFFS se constitua em um centro de referência em tecnologias e inovação social, comprometida com o desenvolvimento social, cultural e econômico, de forma sustentável e solidária;
5. Promover o acesso aos conhecimentos e tecnologias, por meio da integração com o Ensino e a Extensão e do apoio à divulgação dos resultados das pesquisas;
6. Contribuir para a formação acadêmica;
7. Subsidiar a elaboração de políticas públicas que atendam às necessidades oriundas dos processos de desenvolvimento;
8. Criar espaços plurais, fomentando o diálogo e o debate entre diferentes posições teóricas, olhares e perspectivas;
9. Fomentar a interlocução e o debate entre os pesquisadores dos diferentes *campi* e instituições, visando a consolidação dos Grupos e das Linhas de Pesquisa;
10. Delinear campos de problematização que permitam a investigação sob a perspectiva resultante da interlocução de diferentes áreas do conhecimento, buscando construir respostas inovadoras;
11. Potencializar a formação de pesquisadores por meio de parcerias, intercâmbios e acordos de cooperação com outras instituições nacionais e internacionais.

4.3.2 Diretrizes para a Organização da Pesquisa

A Pesquisa é uma atividade de produção de conhecimento que se efetiva por meio de um conjunto de ações organizadas sistematicamente para responder a um ou mais problemas. O conhecimento produzido deve ser convertido em objeto de discussão e de avaliação da comunidade científica.

O desenvolvimento das atividades de Pesquisa na UFFS toma como referência as políticas institucionais e as nacionais.

As atividades de Pesquisa serão desenvolvidas por Grupos de Pesquisa, os quais definem suas Linhas em função dos objetos pesquisados. Cada Linha de Pesquisa agrega os Projetos de Pesquisa desenvolvidos pelos pesquisadores, estudantes e técnicos que participam do Grupo. A Pesquisa será organizada, portanto, a partir de três instâncias fundamentais: (1) Grupos de Pesquisa; (2) Linhas de Pesquisa; e (3) Projetos de Pesquisa.

4.3.2.1 Grupo de Pesquisa

As diretrizes para a formação e a consolidação dos Grupos de Pesquisa na UFFS obedecem ao que o CNPq estabelece em seu Diretório dos Grupos de Pesquisa. No referido Diretório³⁴, o CNPq define Grupo de Pesquisa como um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente em torno de uma ou, eventualmente, duas lideranças que demonstram envolvimento permanente, experiência e destaque no terreno científico ou tecnológico.

Cabe à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, aos Coordenadores Acadêmicos dos *campi* e aos coordenadores dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação promover e apoiar a interlocução entre os pesquisadores para que estes se organizem em Grupos de Pesquisa. A proposta de criação de um Grupo de Pesquisa deve levar em consideração os critérios estabelecidos pelo CNPq, os interesses e as prioridades institucionais, a perspectiva da Pós-graduação *stricto sensu*, e os interesses comuns entre os pesquisadores. Tendo isso presente, os pesquisadores interessados devem (i) escolher o líder e o vice-líder do Grupo; (ii) definir os objetivos do Grupo e justificar sua constituição; (iii) decidir qual a função de cada pesquisador no Grupo; (iv) definir as Linhas de Pesquisa e os Projetos de Pesquisa a elas vinculados; (v) informar os dados dos estudantes e técnicos que colaboram no desenvolvimento dos Projetos de Pesquisa e que participarão do Grupo; (vi) assegurar que todos os integrantes do Grupo, incluindo os estudantes e os técnicos, tenham o currículo registrado na Plataforma Lattes, e atualizado; (vii) estabelecer a forma de funcionamento do Grupo (periodicidade e local das reuniões; formas de comunicação; tarefas de cada integrante, planejamento das atividades que serão promovidas pelo Grupo no primeiro ano de funcionamento etc.).

O líder do Grupo de Pesquisa deve ser um pesquisador experiente, que tenha desenvolvido Projetos de Pesquisa nos últimos 5 anos com produção científica qualificada, preferencialmente com título de Doutor. Excepcionalmente, um professor com título de Mestre poderá ser líder, respeitando os requisitos apontados acima referentes à produção científica. Cabe ao líder do Grupo: (i) cadastrar o Grupo no Diretório dos Grupos de Pesquisa e manter o cadastro atualizado; (ii) coordenar as atividades do Grupo; e (iii) promover intercâmbio com outros pesquisadores e instituições.

Para integrar um Grupo, os docentes devem ter produção científica qualificada e desenvolver atividades vinculadas a pelo menos uma Linha de Pesquisa do Grupo. A UFFS,

34 Disponível em <http://dgp.cnpq.br/diretorioc/html/faq.html#g1>

por meio de sua Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, poderá credenciar Grupos de Pesquisa considerados atípicos pelo CNPq,³⁵ desde que haja razões relevantes e justificadas.

4.3.2.2 Linhas de Pesquisa

Os Grupos de Pesquisa desenvolvem Linhas de Pesquisa a partir da delimitação de um ou mais Objetos de Pesquisa. Considerando que o Objeto de Pesquisa é uma construção conceitual, pressupõe-se que a Linha de Pesquisa seja caracterizada também pela semelhança das orientações teórico-metodológicas dos Projetos de Pesquisa vinculados a essa Linha.

As Linhas de Pesquisa permitem direcionar as atividades de Pesquisa determinando o que será investigado (objeto) em um dado contexto assim como os objetivos da investigação a médio e longo prazo. Além disso, oferecem um quadro de referência para orientar teórica e metodologicamente as investigações.

É no âmbito das Linhas de Pesquisa, dentro dos Grupos de Pesquisa, que são (i) organizadas as sistematizações críticas do conhecimento acumulado sobre os Objetos de Pesquisa da Linha (pesquisas do tipo estado da arte); (ii) desenhados os projetos que dão continuidade ao estudo desse Objeto; e (iii) são captados os recursos humanos e materiais necessários à continuidade das investigações.

As Linhas de Pesquisa são definidas em função dos Projetos de Pesquisa, e não dos pesquisadores. Assim, um pesquisador pode desenvolver Projetos em diferentes Linhas de Pesquisa, e uma Linha de Pesquisa pode agregar Projetos de diferentes pesquisadores.

4.3.2.3 Projetos de pesquisa

³⁵ Em seu Diretório dos Grupos de Pesquisa, o CNPq considera atípico o grupo que apresenta as seguintes características: (i) Grupos unitários; (ii) Grupos sem estudantes; (iii) Grupos sem técnicos; (iv) Grupos com mais de 10 Pesquisadores; (v) Grupos com mais de 10 Linhas de Pesquisa; (vi) Grupos nos quais o líder não é Doutor; (vii) Grupos sem Doutores no conjunto de pesquisadores; (viii) Pesquisadores que participam de 4 ou mais Grupos; (ix) Estudantes que participam de 2 ou mais Grupos de Pesquisa e, (x) Grupos semelhantes.

O Projeto de Pesquisa é diferente da Linha de Pesquisa porque seus objetivos são de alcance imediato e, ao contrário da Linha de Pesquisa, tem metas claras, recursos e prazos de execução. Uma Linha de Pesquisa agrega diversos Projetos de Pesquisa. Entretanto, uma Linha de Pesquisa pode ser representada por um grande projeto temático composto por vários sub-projetos. Os Projetos de Pesquisa que integram uma Linha de Pesquisa devem ter palavras-chave comuns que caracterizam a identidade da Linha.

É possível a existência de Projetos de Pesquisa isolados, isto é, que não são vinculados a Linhas de Pesquisa, desde que, preferencialmente, constituam-se em um primeiro passo para a organização de novas Linhas.

No âmbito dos Grupos de Pesquisa, os Projetos de Pesquisa podem ser desenvolvidos por vários pesquisadores, por apenas um pesquisador ou ainda por um pesquisador e seus colaboradores (estudantes e/ou técnicos). Os estudantes podem desenvolver Projetos de Pesquisa, desde que sejam orientados por um pesquisador.

Os Projetos de Pesquisa devem ser aprovados pelo Comitê de Ética antes de sua execução, de acordo com a legislação vigente.

4.3.3 Ações Prioritárias

Tendo em vista os princípios da UFFS e os objetivos gerais da Pesquisa, são propostas as seguintes ações para atender às demandas e sugestões apresentadas nos dez Fóruns Temáticos da COEPE e nos Grupos de Discussão:

OBJETIVOS ³⁶	AÇÕES (Grupos de Pesquisa, Linhas de Pesquisa, convênios e intercâmbios etc.)
1 - Definir as políticas de Pesquisa da	1.1 - Constituição de grupo de trabalho, com representação docente de todos os <i>campi</i> , para elaboração da minuta da política de Pesquisa da UFFS; 1.2 - Submissão da minuta da política de Pesquisa ao Conselho

³⁶ Trata-se aqui dos objetivos que orientam as ações propostas. Um mesmo objetivo pode orientar diversas ações. Pretende-se que, ao discutir os objetivos, o grupo consiga integrar as diferentes ações de forma coerente com os objetivos gerais da pesquisa e com os princípios institucionais da universidade e não se atenha simplesmente a listar as demandas e as sugestões vindas dos Fóruns. Os grupos podem também propor ações que não tenham sido sugeridas nos Fóruns. Podem ser acrescentadas no quadro tantas linhas quantas forem necessárias.

UFFS	Universitário para aprovação; 1.3 - Definição da política de periódicos científicos da UFFS.
2 - Estruturar a Pesquisa na UFFS	2.1 - Elaboração do planejamento anual da Pesquisa de acordo com o PDI da UFFS; 2.2 - Criação e certificação de Grupos de Pesquisa; 2.3 - Instituição do Comitê Científico Assessor, com participação de docentes de todos os <i>campi</i> da UFFS; 2.4 - Criação do Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos e com animais; 2.5 - Criação da Comissão de Biossegurança; 2.6 - Criação de uma assistência de coordenação nos <i>campi</i> com a função de articular a Pesquisa; 2.7 - Definição de critérios de avaliação dos Projetos e formas de acompanhamento da produção dos pesquisadores, com vistas a assegurar a qualidade da Pesquisa. 2.8 - Instalação de laboratórios nas diferentes áreas de Pesquisa.
3 - Fomentar a criação de Grupos de Pesquisa da UFFS	3.1 - Levantamento do perfil e das áreas de interesse dos docentes, identificando potencialidades de Pesquisa; 3.2 - Elaboração da orientação normativa que estabelece os procedimentos para a criação dos Grupos de Pesquisa e os critérios para sua certificação; 3.3 - Promoção da interlocução entre pesquisadores com afinidades de pesquisa por meio de encontros presenciais e discussões virtuais; 3.4 - Definição das Linhas de Pesquisa, considerando as seguintes temáticas prioritárias de investigação e de inserção social da UFFS: a) EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES a.1) Trabalho e Educação; a.2) Políticas Educacionais; a.3) Gestão Escolar; a.4) Educação Infantil; a.5) Educação em Ciências e Matemática; a.6) Inclusão e Educação Especial; a.7) Educação do Campo; a.8) Educação Indígena e Quilombola; a.9) Educação de Jovens e Adultos; a.10) Educação Superior no Cone Sul; a.11) Educação e Meio Ambiente; a.12) Educação e Juventude; a.13) Educação e Gênero; a.14) Educação e Saúde;

	<p>a.15) Educação e Agroecologia.</p> <p>b) LINGUAGEM, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO</p> <p>b.1) Formação de professores, cultura e sociedade;</p> <p>b.2) Escrit(ur)a, leitura e formação de leitores;</p> <p>b.3) Língua: descrição, análise e tecnologias de ensino;</p> <p>b.4) Literatura: descrição, análise e tecnologias de ensino;</p> <p>b.5) Representações sobre o ensino de línguas materna e estrangeira entre professores;</p> <p>b.6) Dificuldades na aquisição da linguagem;</p> <p>b.7) Diversidade linguística e ensino de línguas;</p> <p>b.8) Identidades Regionais e Diversidade Linguística.</p> <p>c) HISTÓRIA E MEMÓRIA REGIONAL</p> <p>c.1) Patrimônio Histórico material e imaterial;</p> <p>c.2) História e Cultura das populações indígenas, faxinais e quilombolas;</p> <p>c.3) Colonização e Migrações;</p> <p>c.4) Ciclos econômicos</p> <p>c.5) História Social da Agricultura;</p> <p>c.6) Arqueologia Missioneira</p> <p>c.7) Movimentos Sociais Urbanos e Rurais;</p> <p>c.8) Realidade Latino americana;</p> <p>c.9) Relação de Fronteira;</p> <p>c.10) Memória e História da UFFS.</p> <p>d) DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</p> <p>d.1) Mobilidade e ocupação do espaço urbano e rural;</p> <p>d.2) Tecnologia e Inovação;</p> <p>a) Informática e Estatística Aplicada;</p> <p>b) Tecnologias de comunicação e informação;</p> <p>c) Tecnologias de inovação social:</p> <p>d.3) Agricultura Familiar;</p> <p>d.4) Turismo Rural;</p> <p>d.5) Gestão de Cidades e Planejamento Urbano;</p> <p>d.6) Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional.</p>
--	---

	<p>e) MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE</p> <p>e.1) Energias Renováveis;</p> <p>e.2) Tecnologia de Saneamento do Meio;</p> <p>e.3) Gestão de Bacias Hidrográficas;</p> <p>e.4) Biodiversidade e reflorestamento;</p> <p>e.5) Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sociedade.</p> <p>f) AGROECOLOGIA E SEGURANÇA ALIMENTAR</p> <p>f.1) Agroecologia e Sustentabilidade na Agricultura Familiar;</p> <p>f.2) Saneamento Animal;</p> <p>f.3) Segurança Alimentar;</p> <p>f.4) Pesquisa e produção de fitoterápicos.</p> <p>g) SAÚDE COLETIVA</p> <p>g.1) Indicadores do sistema público de saúde;</p> <p>g.2) Perfil epidemiológico da população;</p> <p>g.3) Saúde mental;</p> <p>g.4) Violência.</p> <p>h) JUVENTUDE</p>
4 - Oficializar os Grupos de Pesquisa no âmbito da UFFS	4.1 - Cadastramento dos líderes dos Grupos no Diretório dos Grupos de Pesquisa.
	4.2 - Certificação dos Grupos de Pesquisa junto ao CNPq.
5 - Fomentar a integração permanente entre a Pesquisa, o Ensino e a Extensão	5.1 - Criar um Centro de Tecnologias integrado à pró-reitoria de Extensão e Cultura;
	5.2 - Estabelecimento de parcerias com outras instituições educacionais e órgãos públicos para a elaboração e publicação de materiais didáticos e paradidáticos para a Educação Básica e o Ensino Superior, com base nas produções dos pesquisadores da UFFS;
	5.3 - Organização de fóruns de discussão para a definição da política de patentes da UFFS;
	5.4 - Integração de alunos da Graduação e da Pós-graduação às atividades de Pesquisa e de Extensão;
	5.5 - Apoio a Projetos de Pesquisa que atendam as demandas surgidas na Extensão.
6 - Potencializar a formação de	6.1 - Promoção de cursos de formação de pesquisadores;
	6.2 - Desenvolvimento de ações em conjunto com a Pós Graduação para atração de pesquisadores visitantes;

pesquisadores por meio de parcerias, intercâmbios e acordos de cooperação com outras instituições nacionais e estrangeiras.	6.3 - Apoio à participação de pesquisadores em eventos nacionais e internacionais, em grupos interinstitucionais e em redes de Pesquisa;
	6.4 - Organização, na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, de uma divisão de relações interinstitucionais.
7 - Promover a cultura da Pesquisa e a excelência acadêmica na UFFS.	<p>7.1 - Publicação de editais de apoio ao desenvolvimento de Projetos temáticos de Pesquisa, estimulando a participação de pesquisadores de diferentes <i>campi</i> e áreas do conhecimento;</p> <p>7.2 - Realização de seminários dos Grupos de Pesquisa;</p> <p>7.3 - Organização de seminários avançados em Pesquisa e Tecnologia;</p> <p>7.4 - Realização de seminários de iniciação científica e tecnológica integrados ao Ensino e à Extensão;</p> <p>7.5 - Criação de incentivos à participação dos acadêmicos em Projetos de Pesquisa por meio de bolsas de iniciação científica;</p> <p>7.6 - Celebração de convênios de parcerias de intercâmbio com IES, instituições públicas e privadas e organizações da sociedade civil.</p> <p>7.7 - Criação de condições estruturais e materiais que possibilitem à UFFS tornar-se referência em Pesquisas e estudos avançados sobre a sua região de abrangência (e.g. Observatório da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul; Centro de Memória Regional; Banco de dados de fala e de escrita sobre as variações e mudanças no uso da língua na Mesorregião da Fronteira Sul; Observatório de Políticas Públicas; Instituto de Estudos Cooperativos).</p>
8 - Assegurar a divulgação dos conhecimentos produzidos e a inserção da UFFS na comunidade científica nacional e	8.1 - Criação de mecanismos de apoio à participação de pesquisadores e acadêmicos em eventos científicos fora da instituição.
	8.2 - Realização de videoconferências <i>intercampi</i> .
	8.3 - Promoção de eventos de divulgação dos resultados de pesquisas.
	8.4 - Criação de meios digitais e físicos para divulgação das pesquisas.
	8.5 - Articulação da Pesquisa com a Pós-Graduação para criação da editora da UFFS.
	8.6 - Estabelecimento de critérios para publicação de trabalhos pela editora.

internacional	
---------------	--

4.4 EXTENSÃO

Nos últimos anos, a Extensão Universitária tem se credenciado cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção de conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes e para a formação do profissional cidadão.

A Extensão Universitária é imprescindível para a democratização do acesso aos conhecimentos produzidos na universidade, assim como para o redimensionamento da função social da mesma. As atividades de Extensão permitem conhecer de perto os problemas sociais, apontando questões que requerem investigações científicas. Dessa forma, a Extensão ganha relevância social, não só pelo enraizamento das questões levantadas na vida social, mas também pela possibilidade de construir junto com a população as respostas para essas questões. Esse movimento de crescente inserção na realidade social permite que a universidade cumpra um de seus papéis mais importantes, que é o de contribuir para a formulação de políticas públicas participativas e emancipatórias, que resultem em uma maior justiça social.

É a partir desta perspectiva que se coloca a política de Extensão da UFFS, priorizando a Extensão como prática acadêmica que interliga a Universidade, nas suas atividades de Ensino e de Pesquisa, com as demandas da região da Fronteira Sul.

4.4.1 Objetivos Gerais

- a) Garantir a Extensão Universitária como um processo educativo, cultural e científico que, articulado ao Ensino e à Pesquisa de forma indissociável, visa promover uma relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade;
- b) Estimular o diálogo de saberes entre a Universidade e a Sociedade visando à democratização do conhecimento acadêmico e à participação efetiva da comunidade na construção da Universidade;

- c) Desenvolver Programas e Projetos voltados para toda a sociedade, comprometidos com a inclusão social e com a produção e a disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas;
- d) Difundir resultados e benefícios oriundos da criação cultural e artística e da Pesquisa científica e tecnológica;
- e) Manter a Universidade aberta à participação da população, promovendo amplo e diversificado intercâmbio com instituições, organizações e movimentos organizados da sociedade;
- f) Proporcionar ambiência acadêmica, que favoreça, a partir da Extensão, a construção do conhecimento emancipatório, a capacitação para a atuação profissional do acadêmico e a sua formação cidadã.
- g) Promover o respeito à pluralidade de pensamento e à diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais.
- h) Fomentar o desenvolvimento de programas e projetos a partir de métodos participativos e de pesquisa-ação objetivando promover a cidadania e os valores democráticos dos diferentes sujeitos sociais envolvidos nas ações.

4.4.2 Diretrizes para a Organização da Extensão

A organização e a operacionalização das atividades de Extensão da UFFS seguem as políticas institucionais, as orientações do Plano Nacional de Extensão e do Sistema de Informações e de Dados da Extensão - SIEXBRASIL - definidas nacionalmente pelo FORPROEX para serem executadas no âmbito nacional, estadual e regional. O SIEXBRASIL está integrado ao Censo da Educação Superior - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/Ministério da Educação (INEP/MEC) -, que, a partir do ano-base 2003, passou a solicitar, em planilhas específicas, informações sobre a Extensão Universitária.

4.4.2.1 Definição das áreas temáticas das atividades de Extensão

Todas as Atividades de Extensão deverão ser classificadas segundo a Área Temática, principal e/ou complementar, definidas pelo FORPROEX: ³⁷ Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho. A definição das Áreas Temáticas e das Atividades de Extensão a serem desenvolvidas na UFFS deverá ser objeto de discussão coletiva nas instâncias colegiadas.

4.4.2.2 Linhas de Extensão

As Atividades de Extensão também serão classificadas como Linhas de Extensão, sendo que para cada Linha é apresentada uma descrição que auxiliará nas ações a serem executadas³⁸.

4.4.2.3 Caracterização das ações/atividades de extensão

As ações de extensão serão classificadas em Programa, Projeto, Curso, Evento e Prestação de Serviço, de acordo com as definições do FORPROEX que seguem abaixo:³⁹

1. Programa

Conjunto articulado de Projetos e outras Ações de Extensão (Cursos, Eventos, Prestação de Serviços), preferencialmente integrando as ações de Extensão, Pesquisa e Ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.

2. Projeto

³⁷ Consultar a seção Ações de Extensão e Flexibilização Curricular do Plano Nacional de Extensão Universitária. - Disponível em: www.renex.org.br.

³⁸ Consultar a seção Áreas e Linhas de Extensão do Plano Nacional de Extensão Universitária 2006. Disponível em: www.renex.org.br

³⁹ Consultar a seção Ações de Extensão e Flexibilização Curricular do Plano Nacional de Extensão Universitária. - Disponível em: www.renex.org.br.

Ação processual e contínua de caráter educativo, social e cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado.

O Projeto deve ser:

- a) **Vinculado** a um Programa de Extensão (Projeto faz parte de uma nucleação de ações);
- b) **Não-vinculado** a um Programa de Extensão (Projeto isolado).

3. Curso

Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos. Ações dessa natureza com menos de 8 horas devem ser classificadas como “Evento”. As Prestações de serviço realizadas como cursos deverão ser registradas como “Curso”. Os Cursos presenciais exigem a frequência do aluno durante toda a oferta da carga horária. Os Cursos de Extensão a distância são caracterizados pela não-exigência da presença do aluno durante toda a oferta da carga horária. As atividades presenciais (sessão de esclarecimento, orientação presencial, avaliação, etc.) não devem ultrapassar 20% da carga horária total.⁴⁰

4. Evento

Ação que implica a apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade⁴¹.

5. Prestação de Serviço

Realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.); a Prestação de Serviço se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem.

6. Publicações e outros Produtos Acadêmicos

Caracterizam-se como a produção de Publicações e Produtos Acadêmicos decorrentes das Ações de Extensão, para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica.⁴²

40 Verificar o quadro 6 do FORPROEX (2006) onde são apresentadas as classificações dos Cursos. Disponível em: www.renex.org.br.

41 Verificar o quadro 9 do FORPROEX (2006) onde é apresentada a classificação de Eventos de Extensão Universitária e suas respectivas definições. Disponível em: www.renex.org.br.

42 Verificar o quadro 13 do FORPROEX (2006) onde consta a classificação e definição de Publicações e outros Produtos Acadêmicos. Disponível em: www.renex.org.br.

4.4.3 Ações Prioritárias

Tendo em vista os princípios da UFFS e os objetivos gerais da Extensão, são propostas as seguintes ações para atender às demandas e sugestões apresentadas nos dez Fóruns Temáticos da COEPE e nos Grupos de Discussão:

OBJETIVOS ⁴³	AÇÕES, (Linhas, Programas, Projetos, Cursos, Eventos, Serviços, Publicações, etc.)
1 - Definir as políticas e as diretrizes da Extensão da UFFS.	1.1 - Constituição de grupo de trabalho, com representatividade docente de todos os <i>campi</i> da UFFS, para a elaboração da minuta da política de Extensão a ser apreciada pelo Conselho Universitário;
	1.2 - Submissão da minuta da política de Extensão ao Conselho Universitário para aprovação;
	1.3 - Elaboração de Plano de Desenvolvimento de Extensão da UFFS, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com as Diretrizes e Orientações do Plano Nacional de Extensão Universitária e do Sistema de Informações de dados da Extensão(FORPROEX).
	1.4 - Definição dos procedimentos para a implantação do Plano de Desenvolvimento de Extensão.
2 - Fomentar a articulação permanente entre Extensão, Ensino e Pesquisa no âmbito da UFFS e com a comunidade.	2.1- Promoção de encontros entre professores da Educação Básica e graduandos das licenciaturas para troca de experiências pedagógicas;
	2.2 - Envolvimento de estudantes de Graduação e de Pós-graduação em atividades conjuntas de Extensão e de Pesquisa (Grupos de Estudo e de Pesquisa, Fóruns Temáticos, eventos, entre outros);

43 Trata-se aqui dos objetivos que orientam as ações propostas. Um mesmo objetivo pode orientar diversas ações. Pretende-se que, ao discutir os objetivos, o grupo consiga integrar as diferentes ações de forma coerente com os objetivos gerais da extensão e com os princípios institucionais da universidade e não se atenha simplesmente a listar as demandas e as sugestões vindas dos Fóruns. Os grupos podem também propor ações que não tenham sido sugeridas nos Fóruns. Podem ser acrescentadas no quadro tantas linhas quantas forem necessárias.

	2.3 - Participação dos colegiados dos Cursos de Graduação e de Pós-graduação na elaboração e coordenação dos Projetos de Extensão.
3 - Assegurar que as Atividades de Extensão contribuam para a excelência acadêmica na UFFS	3.1 - Realização de Projetos e Cursos de extensão processuais e contínuos, não apenas ações pontuais;
	3.2 - Garantia de carga horária para professores e técnicos realizarem as atividades de extensão;
	3.3 - Criação de Programa de Bolsas de Extensão;
	3.4 - Definição de critérios e criação de instrumentos para a avaliação das Atividades de Extensão da UFFS.
4 - Definir áreas e Linhas prioritárias de Extensão na/da UFFS.	4.1 - Discussão com a comunidade acadêmica das áreas temáticas a serem priorizadas na Extensão;
	4.2 - Organização das Linhas de Extensão.
	4.3 - Organização das Atividades de Extensão a partir das seguintes áreas temáticas e respectivas ações:
	<p>a) Educação Básica e formação de professores:</p> <p>a.1) Fórum permanente sobre educação básica;</p> <p>a.2) Programa de educação continuada para professores da educação básica;</p> <p>a.3) Intercâmbio entre universidade e escolas de Educação Básica;</p> <p>a.4) Projetos com temas transversais;</p> <p>a.5) Produção de materiais didáticos ligados à educação do campo, à realidade e à história regionais;</p> <p>a.6) Debates sobre cinema e ensino com professores da rede pública de Ensino Fundamental e Médio;</p> <p>a.7) Mostras pedagógicas;</p> <p>a.8) Cursos de formação docente (e.g. indicadores educacionais de avaliação - SAEB, gestão escolar, educação inclusiva, temas pontuais que atendam às demandas postas pelas diferentes redes de ensino);</p> <p>a.9) Formação complementar para alunos da Educação Básica;</p> <p>b) Conhecimento, cultura e formação humana:</p> <p>b.1) Cursos de apreciação de arte e formação de plateias;</p>

- b.2) Criação de infraestrutura universitária apropriada para manifestações artístico-culturais diversas ;
- b.3) Oficinas para qualificar as iniciativas já existentes no campo das artes e da cultura;
- b.4) Formação de grupos de coral, de teatro, de dança;
- b.5) Exposições e mostras de artistas da região;
- b.6) Acesso à cultura clássica;
- b.7) Oficinas de leitura;
- b.8) Mostras de cinema e mídias junto à comunidade;
- b.9) Projeto “universidade da terceira idade”;
- b.10) Atividades de esporte, de lazer e de cultura para aproximar comunidade e UFFS;
- b.11) Participação nas rádios comunitárias e criação de rádio universitária.

c) Desenvolvimento Regional, Tecnologias e Inovação:

- c.1) Debates sobre as potencialidades de desenvolvimento regional;
- c.2) Criação e gestão de um banco de dados regional;
- c.3) Pesquisa e promoção de desenvolvimento regional através do turismo rural, do patrimônio histórico, da cultura e dos eventos urbanos;
- c.4) Participação na elaboração de políticas públicas;
- c.5) Desenvolvimento de métodos de planejamento participativo na gestão pública;
- c.6) Programa permanente de inclusão social e tecnológica;
- c.7) Fomento a incubadoras tecnológicas, empreendimentos populares, empresas sociais e cooperativas;
- c.8) Empresas júnior;
- c.9) Projetos de fomento ao empreendedorismo;
- c.10) Assessoria para a gestão das organizações;
- c.11) Atividades sobre os Centros de Referência na Educação Profissional;
- c.12) Suporte teórico-metodológico ao planejamento urbano e regional;
- c.13) Inclusão social pela democratização do acesso às

inovações tecnológicas;

c.14) Atividades sobre o uso das tecnologias na área de abrangência da universidade;

c.15) Disseminação de tecnologias através de programas de *software* e *hardware* livres;

c.16) Participação na “Maratona de Programação”;

c.17) Disponibilização de laboratórios de informática para a comunidade;

c.18) Capacitação na área de Economia Solidária.

d) História e Memória Regional:

d.1) Criação de museus de rua que abordem temáticas diversas;

d.2) Projetos sobre história, memória, educação patrimonial e turismo, com destaque aos diferentes processos de construção identitária;

d.3) Capacitação de monitores e guias de turismo para trabalho educativo junto ao parque do IPHAN em São Miguel das Missões;

d.4) Centros de memória regional para a preservação do patrimônio material e imaterial;

d.5) Projetos que fomentem a escrita de si (história e memória) por parte de grupos culturais e movimentos sociais urbanos e rurais.

e) Linguagem e Comunicação:

e.1) Projetos sobre multiculturalismo e diversidade linguística.

e.2) Cursos especializados na área de Libras e Braille.

e.3) Centro de Línguas:

a) cursos de língua espanhola oferecidos à população e à comunidade acadêmica;

b) cursos de língua portuguesa oferecidos à população e à comunidade acadêmica;

c) cursos de tradutor/intérprete em Libras;

d) cursos das línguas de imigração (alóctones);

e) formação de quadro de pessoal para serviços de tradução e

de revisão textual;

e.4) Projeto COMUNICA: formação de leitura e de produção escrita;

e.5) Linha de Extensão que aborde o trabalho com leitura e produção textual para professores de todas as áreas de conhecimento;

e.6) Cursos que promovam a inclusão linguística.

f) Energias Renováveis, Meio Ambiente e Sustentabilidade:

f.1) Projetos nas áreas de gestão e tratamento de resíduos, educação ambiental e sustentabilidade, no espaço urbano e rural;

f.2) Projetos que auxiliem na criação de mecanismos para preservação do meio ambiente e estudo das unidades de conservação regionais;

f.3) Laboratórios para prestação de serviços e consultoria na área ambiental;

f.4) Divulgação de tecnologias ligadas à biomassa residual, às energias renováveis, aos biofertilizantes, ao biodiesel, ao aquecimento solar, à captação de águas da chuva;

f.5) Participação da UFFS nos fóruns de planejamento e implantação das políticas de gestão ambiental.

g) Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Rural:

g.1) Disseminação de tecnologias para o saneamento rural, que envolvem a captação de água da chuva e gestão da água nas pequenas agroindústrias e propriedades rurais;

g.2) Cursos de Extensão e capacitação nas áreas de agropecuária, cooperativismo, empreendimentos agroindustriais e energias renováveis;

g.3) Qualificação de técnicos agropecuários;

g.4) Apoio para a certificação participativa de processos e produtos agroecológicos;

g.5) Projetos de Extensão aos agricultores familiares, abordando:

- Agroecologia e sustentabilidade da agricultura familiar;

	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de alimentos tradicionais e sementes crioulas; - Qualidade de vida; - Turismo rural e geração de novas fontes de renda; - Empreendimentos solidários para pequenas propriedades. <p>h) Gestão das Cidades, Sustentabilidade e Qualidade de Vida</p> <p>h.1) Cursos referentes à gestão e à organização espacial e territorial urbanas;</p> <p>h.2) Projetos sobre desenvolvimento urbano nos municípios que sediam os <i>campi</i> da UFFS;</p> <p>h.3) Cursos sobre cidadania, direitos e deveres.</p> <p>i) Movimentos Sociais, Cidadania e Emancipação:</p> <p>i.1) Formação permanente de lideranças;</p> <p>i.2) Projetos que priorizem trabalhos sociais;</p> <p>i.3) Cursos de Extensão sobre movimentos sociais, associativismo e cooperativismo.</p> <p>j) Juventude, Cultura e Trabalho</p> <p>j.1) Atividades na periferia, envolvendo temas relacionados à cidadania;</p> <p>j.2) Assessoria a organizações e grupos juvenis (grêmios estudantis, pastorais da juventude, entre outros);</p> <p>j.3) Convênio com a Secretaria de Educação para formar lideranças jovens com a finalidade de interagir com a comunidade em campanhas antidrogas e álcool.</p> <p>k) Políticas e Práticas de Promoção de Saúde Coletiva</p> <p>k.1) Cursos de formação para profissionais da saúde.</p>
<p>5 - Firmar convênios e parcerias visando a qualificar e viabilizar os Projetos de Extensão</p>	<p>5.1 - Organização, no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, de uma divisão de relações interinstitucionais.</p> <p>5.2 - Estabelecimento de convênios com instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil (e.g. EMATER, Secretaria Municipais e Estaduais da Agricultura, Cooperativas e agentes financeiros, Rede Ecovida, Assiscop, secretarias de Cultura dos municípios, IPHAN, IBRAM).</p>

6 - Divulgar ações de Extensão desenvolvidas pela UFFS	6.1 - Realização de Simpósio multidisciplinar que envolva os Cursos de Graduação e Pós-graduação da UFFS;
	6.2 - Promoção de eventos, envolvendo os Cursos de Licenciatura da UFFS;
	6.3 - Produção e publicação e de materiais didáticos nas diferentes áreas de Extensão da UFFS;
	6.4 - Promoção de evento “UM DIA NA UNIVERSIDADE”;
	6.5 - Publicação, em jornais da cidade, de artigos de autoria de professores, alunos e colaboradores;
	6.6 - Criação de Editora da UFFS;
	6.7 - Organização de encontros e/ou eventos de diferentes Associações Científicas nos <i>campi</i> na UFFS;
	6.8 - Criação de espaços institucionais para socializar os resultados da Extensão, nas modalidades eventos, livros, anais e periódicos.